

Gilberto Dimenstein

MENINAS DA NOITE

**A PROSTITUIÇÃO
DE MENINAS-ESCRAVAS
NO BRASIL**

ea
editora arco-íris

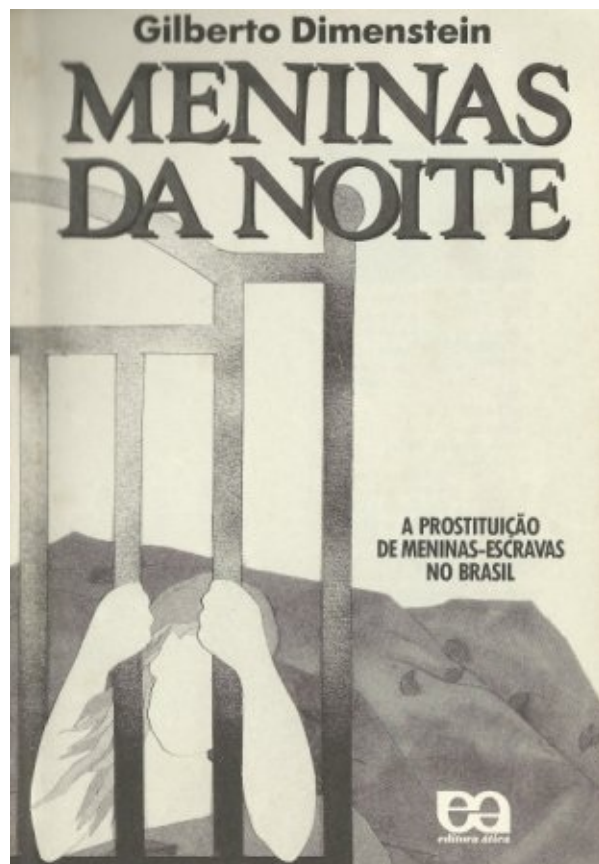


Gilberto Dimenstein

MENINAS DA NOITE

A PROSTITUIÇÃO
DE MENINAS-ESCRAVAS
NO BRASIL

ea
editora ágora



Preparação dos Originais:
Mineu Takatama

Capa e Projeto Gráfico:
Otávio Roth

Arte final da Capa:
Raquel Coelho

Editoração Eletrônica:
Bauhaus

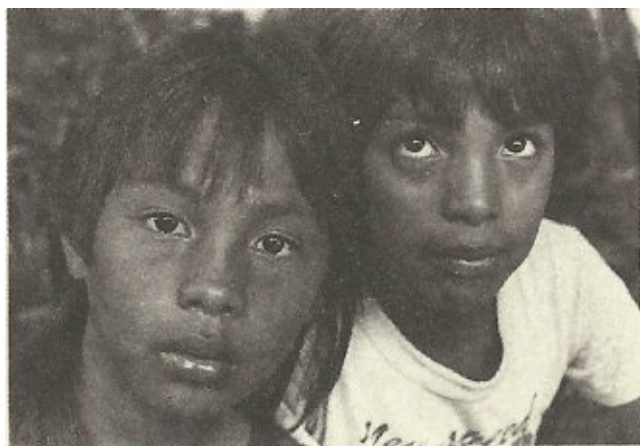
Fotos:
Paula Simas

Colaboradores:
Roberto Jayme / AG: Folhas
Patrich Pardini

Foto do Autor:
Mila Perillo

Editora Ática – 1992

Digitalização e Epub:
Serro



Dedico este livro a Andressa (esquerda) e Adriana, duas vítimas da violência, que só reviram a mãe, prostituta desde menina, numa gaveta de alumínio do rabeção. São o legado vivo das Meninas da Noite.

Agradeço a todos os guias que me levaram para as rotas do tráfico de meninas, alguns deles arriscando a própria vida. Agradeço especialmente a Lurdes Barreto, líder das prostitutas do Pará, e ao padre Bruno Secci, os dois principais orientadores desta investigação.



Paula Simas

Às oito e vinte, o “Carioca”, monomotor da Embraer, prefixo PT-NMU, ensaia os primeiros movimentos da hélice no aeroporto de Itaituba, no centro-oeste do Pará. Dentro do avião, além de mim e do piloto, estão a fotógrafa Paula Simas e mais um guia que, por motivos de segurança, não terá seu nome revelado. O avião se desloca em direção à pista na manhã ainda fresca de 1º de fevereiro de 1992. Procuramos o cinto de segurança, remexendo-nos nas poltronas. Não o encontramos. Sorrindo, o piloto informa:

“Não usamos isso por aqui. Não adianta colocar cinto. Quando o avião balança muito, os garimpeiros arrancam”.

Em situações normais, o avião não é equipado com poltronas. Os passageiros sentam-se no chão, dividindo o espaço com as cargas. Na rota do “treme-treme”, o jeito é agarrar-se aos cintos fixos nas partes laterais do aparelho. O medo faz com que os passageiros se agarrem com tanta força aos cintos que acabam por destruí-los. De tanto consertar, o piloto preferiu arranca-los de vez.

O cinto é apenas um detalhe insignificante. Nesse momento, citou mais preocupado com uma dúvida que cultivo desde que, em julho de 1991, iniciei minha investigação sobre o tráfico e aprisionamento de meninas, forçadas à prostituição: se conseguiria documentar um cativo.

Depois de sete meses de investigação, tenho em meu poder fotos, fitas com gravações (até de vídeo), documentos da polícia, entidades assistenciais, inúmeras entrevistas com testemunhas e vítimas do tráfico e escravidão em vários pontos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, englobando a Amazônia Legal. A maior parte do material foi recolhida na fase de campo da investigação, desfechada na primeira semana de janeiro deste ano.

O tempo está bom. Durante todo o trajeto pode-se admirar a paisagem – a floresta fechada, cortada por caudalosos rios de águas amarronzadas. Aproveito uma breve estabilidade do avião para fazer anotações no diário de viagem, que procuro manter atualizado não apenas com informações, mas com minhas impressões, detalhes que, aparente mente insignificantes, podem ser úteis para a elaboração do livro.

Não me limito as declarações ou dados frios. Procuro um olhar ou expressão reveladora, capaz de extrair mais verdades que as palavras ditas pelo entrevistado. Tento também perceber o que passa pela minha

cabeça diante do que vejo e ouço.

Nas nuvens, a bordo de um temerário monomotor, aproveito para sondar minhas sensações diante da iminente possibilidade de registrar a existência de escravidão cem anos depois da abolição: “Estou ansioso como se fosse minha primeira reportagem. É uma sensação parecida com o primeiro beijo. Ou com a primeira vez que a gente faz amor com uma mulher”.

Interrompo as anotações aos primeiros sinais de civilização, depois cinqüenta minutos de vôo: imensas poças de água amarelada, efeito destruição da natureza pela paixão do ouro. Paula Simas não pára de tirar fotos.

Do alto, Cuiú-Cuiú parece inofensiva: duas ruas com fileiras de casas de ambos os lados. Uma mula na pista impede a aterrissagem. É preciso esperar pela boa vontade dela ou de alguém que se disponha a tirá-la da pista. O sol volta a castigar. O pouso foi tranquilo – até onde isto possível numa pista de terra cheia de poças d'água e buracos.

Em poucas horas, uma sucessão de entrevistas esclareceria a minha dúvida, encerrando a procura de uma prova fotográfica da escravidão de meninas. Com ela, posso concluir a viagem. Mas decido mudar meus planos – o que vejo e ouço, tudo fotografado, precisa ser divulgado imediatamente.

Não está mais em jogo apenas uma reportagem. Uma menina implora para que eu a liberte e me faz lembrar que , além de jornalista, sou cidadão. Mas nesse momento não tenho condições de ajudá-la. Apresso minha volta a Brasília com o intuito de produzir uma série de reportagens para a Folha de S. Paulo, revelando as escravas de Cuiú-Cuiú, o que, presumo, iria mobilizar a polícia. De Belém, entro em contato com a direção do jornal. Sinal verde.

Durante a viagem para Brasília – agora num confortável Boeing da Transbrasil – reflito sobre as etapas por que passei até chegar a Cuiú-Cuiú, um exemplar de cativeiro entre tantos espalhados na selva amazônica, a maioria deles criada em torno de oitocentas zonas de garimpo que atraem hoje cerca de 600 mil homens. Registro no diário o nome da personagem oculta mas decisiva de toda a investigação. Sem ela, dificilmente teria alcançado alguma coisa: Maria de Lurdes Araújo Barreto, que, em Belém, me introduziu na rota do tráfico de meninas e nos labirintos da prostituição infantil. Lurdes abre o diário e, como não

podia deixar de ser, encerra a última página.

Convido o leitor a dividir comigo essa viagem pelas rotas do tráfico humano - uma das estações finais é Cuiú-Cuiú. Mas ela passa antes pelos segredos da prostituição infantil que se dissemina pelo Brasil. O Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) do Ministério da Ação Social divulgou um documento em que estima em 500 mil o número de meninas prostitutas.

O cenário da rota é exótico, desconhecido e até inacessível : Amazônia Legal, conceito que inclui partes das regiões Nordeste (Maranhão) e Centro-Oeste (Tocantins e Mato Grosso), cerca de 61 por Cento do território brasileiro.

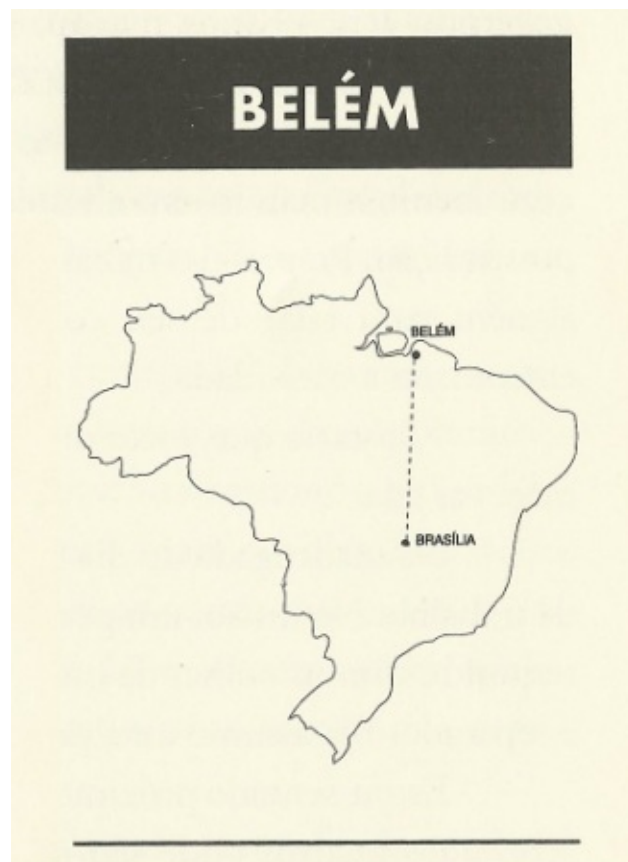
É a região que atrai o mais intenso movimento migratório, alterando com extraordinária rapidez a cara do país. Homens e mulheres de pele clara e cabelo louro, procedentes do sul, se mesclam ao caboclo amazônico. Misturam-se cores de pele, comidas, expressões. Muitos foram à procura de terras; outros, atraídos pelo ouro. De acordo com o último censo, as maiores taxas de crescimento da população foram registradas na Amazônia: Roraima (9,1%), Rondônia (7,9%), Mato Grosso (5,4%) e Pará (3,4%).

Protegida pela natureza, que dificulta o acesso por terra e até por ar (incontável o número de, acidentes de avião), a selva cria Estados dentro do Estado, onde a lei é ditada por quem tem mais armas, melhores pistoleiros e mais audácia. As rotas do tráfico de meninas convertidas em prostitutas são um sinal cristalino da desorganização e desumanidade desse movimento.

Para seguir algumas das rotas, deparei-me com personagens que, não existissem, um escritor teria de inventa-los. E vi cenas e ouvi depoimentos que, se também não fossem reais, um cineasta ou escritor teriam de colocá-los na tela ou nas páginas de um romance.

Mas antes de levar o leitor a Cuiú-Cuiú, última etapa da viagem, vamos pelo começo. E por um dos mais interessantes personagens que conheci não apenas nessa expedição jornalística, mas na minha vida. Aliás, tenho aprendido que se pode conhecer as melhores pessoas nos piores e mais sórdidos lugares, numa espécie de lei de compensação.

O início está justamente com Lurdes, em Belém, onde essa investigação teve seu ponto de partida.



Ela não é acadêmica, leu pouquíssimos livros. Se é que leu algum livro. É inteligente, tem fluência verbal. À primeira vista, parece que, de tanto apanhar da vida, perdeu o medo de viver. Não trabalha para governos. Tem 49 anos, mas aparenta bem mais. Para encontra-la, deve-se deixar o recado no telefone 223-6646. É do Bar Jardim, prostíbulo localizado na rua 1º de Março, no centro de Belém, onde disputa homens com meninas mais jovens e vistosas.

Saiu da Paraíba aos dezesseis anos. Conheceu o sexo ao ser estuprada por Ladinho, filho do patrão. Rodou o Brasil, entrou e saiu de zonas de garimpo. Morou nos mais variados bordéis. Dormiu com homens baixos, altos, louros, negros, alemães, suecos. Entregou-se a gente que não valia nada – e a pessoas interessantes e compreensivas. Caiu nas drogas e no vício. Apanhou e muito. De policiais, clientes ou de simples transeuntes que queriam descontar a vida batendo numa mulher. Foi escrava, e teve de fugir.

Apesar das marcas, visíveis no rosto e no olhar, é uma vitoriosa.

Tem quatro filhos e dois netos. Todos estudaram. A filha mais nova, Nazaré, faz o curso de jornalismo em Belém e não se envergonha da mãe. Ao contrário. Certa vez levou-a para um seminário em classe sobre prostituição. Preparou o trabalho e, ao apresenta-lo, uma surpresa: levou alguém para falar de seu cotidiano. Aos alunos silenciosos, Nazaré entronizou a convidada:

"Gostaria que vocês ouvissem com muita atenção o que minha mãe vai falar".

Na madrugada do dia 9 de janeiro vou procura-la em seu ponto trabalho. No início, um pequeno mal-entendido. Aproximo-me e ela responde com um olhar de quem imagina um possível cliente. O clima é reparado. Ela assume uma postura circunspecta e professoral.

Estou sentado próximo ao estreito corredor do Bar Jardim que dá acesso aos quartos onde são mantidos encontros amorosos. Como os colegas da faculdade de jornalismo de Nazaré, coloco-me como um aluno reverente, atento e silencioso. Meu objetivo é obter informações sobre o destino das meninas prostitutas e os meios para chegar até elas. E como e com quem falar. Brasília, onde trabalho como jornalista há nove anos, me deu algumas lições sobre a engenharia da venalidade, os mecanismos e as formas que levam os homens a se venderem pelo poder. Aprendi as técnicas de compra, a arte do suborno. Talvez elas fossem inúteis para vasculhar a rota do tráfico de meninas. Acostumei-me com a prostituição dos homens considerados notáveis e "respeitáveis", um jogo de compra e venda apresentado com pompa através de palavras como "habilidade" ou "política".

O fato é que nessa madrugada, diante de Lurdes, me sinto desaparelhado – um foca total. (Na gíria, foca é o jornalista iniciante.) Lurdes ensina, por exemplo, que não devo perguntar o nome da menina logo no começo da entrevista. Não entendo, claro. Ela explica:

"Você vai reproduzir o mesmo esquema que elas encontram na delegacia de polícia. A primeira coisa que o delegado faz é perguntar o nome. Melhor ir conversando devagar".

É um mundo repleto de códigos e segredos. Por telefone, peço ajuda à psicóloga Ana Vasconcelos, que, em Recife, cuida da Casa da Passagem, onde se realiza um trabalho terapêutico com meninas de rua. Peço orientação sobre a melhor forma de me aproximar delas. Seu depoimento aumenta ainda mais minha insegurança na capacidade de

realizar a reportagem:

"As meninas precisam ser aceitas e respeitadas. Necessitam acreditar que são importantes para as outras pessoas e que elas têm muito a transmitir a elas mesmas e aos outros. Nas ruas, no abandono, nos bordéis, na miséria dos seus lares, essas meninas nunca foram ouvidas. Elas são só aquilo que permitimos que elas sejam, que os outros querem que elas sejam. É preciso que falem de suas angústias. Que escutem a própria fala, não apenas como um lamento, um gemido, mas como uma auto-afirmação".

No final, Ana traçou em poucas palavras o tamanho da angústia da menina prostituída:

"Assim me aproximo das meninas de rua, no Recife, no mundo. Hoje eu poderia dizer: assim nos aproximamos. E é tudo muito normal. Algumas vezes, depois de conversar com elas, choro. Sei que elas também choram. Todas temos razões de sobra para chorar".

Antes de iniciar a viagem, o pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa, que, em Ouro Preto, Minas Gerais, cuidou de meninas prostitutas, me advertira.

"Cuidado, porque elas têm o hábito de satisfazer as vontades de seus interlocutores. São capazes de falar o que você quer ouvir."

Tenho noção das dificuldades de aproximação. Para piorar, a condição de homem representa uma desvantagem. Poderia aparecer diante delas como a figura do opressor ou do cliente. Alguém de quem se deve desconfiar e desafiar. Talvez uma eventual fonte de renda. Por esse motivo, durante a preparação da viagem, procuro em cada cidade um "tradutor", capaz de decifrar as senhas da aproximação. Tive como guias padres, freiras, prostitutas novas e mais velhas, educadores de rua, militantes de pastorais da Igreja Católica, líderes comunitários.

O departamento de pesquisa do Centro de Defesa do Menor, no Pará, constatou na prática como é delicada, demorada e ardilosa a aproximação. Ao tentar descobrir os motivos do crescimento do número de casos de menores grávidas nas regiões centrais de Belém, as pesquisadoras encontraram muitas dificuldades para extrair informações, mesmo depois que ganharam a confiança das garotas, extremamente retraídas para falar de suas experiências sexuais. Suspeitaram que as informações estavam saindo. Mas por outros canais, e era preciso traduzi-las.

As entrevistadas se recusavam a dar detalhes de sua intimidade. Mas sempre sabiam de detalhes sobre outras meninas, elas mesmas na realidade. É como se criassem uma fantasia protetora contra a invasão da intimidade. “Ela” na verdade significava “eu”. Traíam-se pela necessidade de se abrir, de contar suas dores, seus traumas. O estudo intitulado “Cotidiano de miséria e formas de exploração sexual das meninas em Belém” conclui:

“Para elas é extremamente complexo enfrentar a forte marca que recebem por estar e freqüentar a rua, por seus comportamentos. O grupo A estabelece regras e códigos entre si, e vários deles servem para se defender contra a violência física e verbal a que estão cotidianamente expostas”.

As pesquisadoras entrevistaram uma menina de onze anos que mostrou com nitidez o jogo de códigos e subterfúgios escondidos na terceira pessoa.

Ela falou que vai para a cama com o homem. A irmãzinha dela vai com ela. A irmãzinha fala que vai contar pra mãe. Aí ela fala pra irmãzinha ficar lá (no motel) tomando banho de piscina. A irmãzinha fica e ela vai pra cama com o homem. Aí quando ela sai de lá, ela vai pra casa dela, dá dinheiro para a mãe dela, dá dinheiro pra irmã não contar nada.

Manejando os códigos, as pesquisadoras – uma delas, ex-menina de rua – vão aprofundando a sonda e descobrindo um mundo surrealista a nossos olhos de privilegiados sociais. Constataram que os pais de certa forma encaminham as filhas para a prostituição. Os próprios pais exigem que a menina traga dinheiro para casa, ameaçando-a com violentas surras.

Uma menina de catorze anos revelou a exploração dos pais numa linguagem confusa, mas perfeitamente compreensível:

A melhor coisa seria ir na casa da gente, penso ter conversa com os pais, porque não é a gente culpado, é os pais. Eles que exploram a gente, quer uma certa quantia.

Os códigos são muito distantes da prostituída mas elegante

Brasília, uma cidade que também tem códigos impenetráveis aos iniciantes. Sinto-me como se estivesse diante de um computador sem conhecer as ordens de comando para se chegar a um determinado programa.

Para desvendar os novos “comandos”, procuro absorver cada palavra de Lurdes no Bar Jardim – mas a conversa é freqüentemente interrompida pela passagem de casais que vão e vêm no corredor que Conduz aos quatinhos. Quando voltam, estão mais calmos e sonolentos, misto de satisfação sexual e efeito da bebida. Lá fora, barulho de carros, gritos de mulheres. Cenário típico das zonas de meretrício: meninas de as mínimas e provocantes. Bêbados na calçada, mulheres sentadas no meio-fio. Palavrões, brigas, sedução forçada e artificial. Barganha sobre o valor do corpo.

Talvez existam mais pessoas com tantas informações sobre os segredos da prostituição e do tráfico de mulheres. Mas dificilmente terão sistematizado tantos dados como Lurdes. Não apenas pela vivência pessoal. Mas, agora, pela experiência como uma das principais líderes de prostitutas do país.

Dirige o Gempac (Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central). E obrigada a fazer o circuito de bordéis, lugares em que só gente mo ela consegue entrar e obter informações. Apesar de toda experiência até ela se assusta com as novidades. Em dezembro de 1991, descobriu que uma menina de apenas nove anos já estava se vendendo num prostíbulo da rua Gaspar Viana, no centro de Belém.

“A miséria jogou as meninas para a rua. Elas não têm nada para vender. Não sabem ler, cozinhar, escrever. Só podem vender o único bem que possuem: o corpo.”

Não só o corpo. Nos últimos tempos, drogas. As prostitutas vêm servindo cada vez mais como avião, ou seja, aquele que transporta a mercadoria. Primeiro, se viciam. Depois, são obrigadas a traficar para sustentar o vício. A rede da prostituição se cruza e se confunde com a rede do tráfico de drogas.

Vale tudo. Na minha passagem por Belém, colho testemunhos de meninas que perambulam pela Rodoviária. Quando estão com fome, vão aos restaurantes e pedem comida aos garçons.

“Pago com uma chupetinha”, diz uma delas.

Descubro logo o que é “chupetinha”: sexo oral. Elas vão a um

banheiro ou local mais escuro com o garçom ou cozinheiro e, em poucos minutos, enfrentam uma braguilha aberta, habilitando-se a uma refeição.

Esse não era o meu primeiro contato com Lurdes. Fui apresentado a ela em agosto de 1991, pelo padre Bruno Secci, um italiano que mora em Belém desde 1973. Baixo, magro, fala mansa, Secci, formado em filosofia em Roma, dedica sua vida às crianças, missão que lhe conferiu uma condecoração da Unicef. Foi o idealizador do Movimento Nacional de Meninos de Rua no Brasil – de sua cabeça surgiu a inédita experiência do educador de rua. É o responsável por uma escola para meninos pobres num bairro da periferia de Belém. Com ousado método pedagógico, baseado na liberdade e integração do aluno, conseguiu um milagre: reduzir os níveis de evasão e repetência tão comuns nas escolas brasileiras.

Naquele agosto, Lurdes se dispôs a me encontrar na sede do Movimento Nacional de Meninos de Rua em Belém. Não foram necessárias mais de duas horas para que o roteiro da investigação estivesse rascunhado, tão ricos foram os fatos apresentados. Depois, ele foi aprimorado pelo padre Bruno, que, com financiamento da Unicef, coordenou 22 pesquisadores que coletavam dados sobre a criança na Amazônia Legal (inclui-se aí Maranhão e Mato Grosso). Decidiu-se que parte da pesquisa seria dedicada às prostitutas, o que serviria de subsídio para o meu trabalho.

Estava satisfeito com a dupla de orientadores: um padre apaixonado por crianças carentes, formado em filosofia e especialista em almas, e uma prostituta especialista em corpos. Os dois unidos em salvar almas e Corpos. Por causa deles, decidi limitar minha investigação à Amazônia Legal, por compor o cenário de confluência das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, área praticamente virgem de investigação sobre a criança e, em particular, sobre o tráfico e escravidão.

Fui cutucado também pelo desafio do modismo ecológico. Toda aquela região entrou na moda mais por suas florestas devastadas do que pelos seus seres humanos devastados. O fervor ecológico fez com que o mundo conhecesse melhor os espécimes animais e vegetais do que os humanos. A menina prostituta é um vigoroso contraponto a esse desvio.

De posse dos relatórios concluídos, montei o roteiro definitivo, buscando reproduzir algumas rotas do tráfico e visitar centros de “importação” e “exportação” de meninas. Teria de viajar para Imperatriz

(Maranhão), Laranjal do Jari (Amapá), Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Cuiabá, Alta Floresta, Itaituba – e, a partir daí, fazer incursões em municípios periféricos, por onde se deslocam as prostitutas infantis.

Em nosso primeiro encontro, Lurdes deu detalhes sobre uma indústria de aliciamento de meninas. Elas são atraídas por promessas de emprego, mandadas para boates em locais distantes e de difícil comunicação. Vivem presas como se estivessem em cativeiro. Até garotas mais experientes, com passado na prostituição, são ludibriadas. Ao contrário das ingênuas, sabem que vão vender o corpo, mas não suspeitam do regime de escravidão que as espera.

As tentativas de fuga são punidas com rigor exemplar. O dono da boate informa ue elas têm uma dívida com passagem, roupas, perfumes, remédios etc. Só poderão ir embora quando saldarem o débito.

Mas o administrador é o próprio fornecedor das mercadorias, que estabelece um preço aleatório. O dinheiro obtido dos clientes nem passa pelas mãos da garota. Vai direto para o caixa. Na maioria das vezes, a dívida torna-se impagável. A menina só obtém a liberdade quando está doente, grávida ou não atrai mais fregueses.

No jogo do aliciamento vale tudo. Até namorar a vítima e depois vendê-la. Ou comprar a menina da família. As notícias sobre pais que vendem crianças são estonteantes. Mas Lurdes fala com a indiferença de quem já viu muito mais. Há casos e mais casos de mães que exploram as filhas no próprio prostíbulo. Policiais que exploram as garotas, como fonte de prazer e renda. Ou de pais que as usam para satisfação sexual.

Na madrugada do dia 9, seis meses depois do primeiro encontro, volto a procurar Lurdes para obter mais dicas. Ela me incute mais um foco de curiosidade: o mercado de meninas virgens.

Na rota do tráfico, a virgem vale mais e é disputada até mesmo em leilões. Ela chegou a denunciar publicamente na Vila do Conde, distrito de Barcarena, no Pará, uma casa que se especializara em comercializar hímen, traduzido na região por “selo” ou, mais popular, cabaço.

“As meninas são embebedadas e depois entregues aos homens.”

A maioria das prostitutas dessa rota, segundo ela, são meninas. E por um motivo simples: aos dezoito anos, a prostituta nessa região está Acabada, corroída por doenças. É preciso mão-de-obra nova. Os garimpeiros costumam chamar a mulher de mais de dezoito anos de “galinha”, e as de menos, de “franguinhas”. A psicóloga Maria Luíza

Pinheiro, do Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, viaja com frequência pela rota de tráfico, onde há uma frase corrente entre os homens desejosos de franguinhas: “Passou dos 15 quilos, está bom”.

A psicóloga conversou com muitos desses seres de “15 quilos”, levados ao sexo pela força ou artifícios astuciosos. Uma delas, de onze anos, passava todos os dias na frente de uma loja de Macapá, capital do Amapá, encantada com uma calça jeans. Um rapaz notou seu interesse. Aproximou-se, perguntou-lhe se queria aquela calça. Ela ganhou a calça – mas deixou a virgindade em troca.

Confesso que a conversa de Lurdes me impressionou, assim como as histórias da psicóloga. Mas duvidei delas. Achei que estavam exagerando: a obrigação do repórter é ser permanentemente cético e curioso.

No dia seguinte, viajo para Imperatriz, uma das principais cidades do Maranhão, Estado de onde saem levas de aliciadas para os garimpos. É a primeira saída de Belém. Não demoraria para eu próprio entrar em contato com o inacreditável e ver desmoronarem as suspeitas sobre a veracidade das palavras de Lurdes e das histórias como a da menina que trocou a virgindade por um jeans.



Compenetradas, oito adolescentes assistem na sala ao filme **Ben Hur** transmitido pela TV Globo na noite do dia 10, admirando a virilidade e a coragem de Charlton Heston, o ator principal, massacrando soldados romanos. Mas o alto volume de um aparelho de som não permite que se ouça com nitidez a fala das personagens. Uma delas, a menor, de camiseta e bermuda de malha coladas ao corpo, está deitada de bruços, com o queixo apoiado na mão direita. Todas estão maquiadas, cabelos penteados – algumas usam roupas mais insinuantes, deixando entrever as coxas.

É uma casa de aproximadamente 200 metros quadrados, com uma grande varanda, distante 10 quilômetros do centro de Imperatriz. É um lugar discreto, cercado por um muro branco alto. Na sala, quatro poltronas em volta da televisão e, no canto, um bar. Nas paredes, alguns quadros de gosto bem duvidoso. No fundo, os quartos. Apesar de não beber, peço uma cerveja que adormece em meu copo. São 22 horas e, fora o rapaz que cuida do bar, sou o único homem.

Duas delas abandonam Ben Hur e vêm sentar-se ao meu lado: Rose e Katia (pelo menos são os nomes que me dão), ambas de São Luís, capital do Maranhão. Depois de algum tempo de conversa mansa e fiada, vou direto ao assunto:

“Como eu faço pra transar com uma virgem?”

“Você não prefere meninas mais experientes?”

Logo que chego a Imperatriz, de manhã, recebo a informação de que nessa casa há leilões de meninas virgens. A “Casa da Dalva”, como é conhecido aquele lugar, recebe a elite local, que corre atrás das moças, a maioria adolescentes e meninas, vindas de outras cidades. É compreensível que seja um lugar discreto e distante do centro cidade – para se chegar lá é preciso passar por uma estrada de terra e por um atalho. O recato é indispensável, não apenas por receber os “homens de bem” da cidade. Mas porque a Casa da Dalva se tornou caso polícia em 1990. Tudo por causa de uma virgem. Eram conhecidos os leilões de virgens promovidos por Maria alva Bandeira, ex-professora que, na adolescência, estudou para ser freira. Quando chegava uma menina “selada” – expressão usada nesses meios –, a cidade era avisada. Quem pagasse mais teria o direito de ser o primeiro.

Os homens se aglomeravam no salão. Dalva apresentava a menina bem produzida, vestido novo e insinuante, maquiada e cabelo penteado. Em seguida, voltava para o quarto. E os lances se sucediam, até atingir o valor máximo, em geral apresentado por filhos de fazendeiros. No dia seguinte, era o grande assunto dos jovens mais ricos. Deflorar era sinal de status.

Tudo ia bem até que uma das vítimas foi a filha de um sargento reformado da Polícia Militar. Furioso, ele exigiu providências imediatas da polícia. Em 1990, Dalva teve que depor. Acabou presa e contou o esquema de aliciamento.

Ela tinha um aliciador que adquiria a mercadoria nas cidades do interior do Maranhão.

“Ele saía pelos povoados e cidades da região procurando jovens de pouca idade e, de preferência, virgens. Oferecia bons empregos, bons salários, boas roupas e moradia”, explicou.

Nessa época, a Casa da Dalva ficava no centro, na rua Godofredo Viana. Depois, ela preferiu mudar-se para um lugar mais calmo, e é justamente onde estou agora perguntando por uma virgem.

“Tem não”, informa Katia, morena, cabelos lisos, pele bem morena, insinuando que ela própria seria uma alternativa melhor à Virgem.

Insisto em saber como poderia conseguir uma virgem. Digo que dinheiro não seria problema.

“Pelo que sei, quando tem uma virgem ou uma menina bem novinha, as pessoas são avisadas pelo telefone e quem der mais leva.”

A conversa prossegue. Pago-lhe uma bebida - um horripilante Campari. A outra amiga quer saber se pode tomar um uísque e lhe é servido um Johnnie Walker evidentemente falsificado. Uma pergunta de Katia me deixa um tanto desconcertado. Mudando de assunto, ela quer saber:

“Você casaria comigo? Sou feia?”

Digo que ela não é feia – e não é mesmo. Alta, corpo esguio, tem uma beleza morena, olhos negros e uma boca suave, cabelos caídos até os ombros. Mostra um sorriso ingênuo e infantil. Informo que sou casado, tenho dois filhos e adoro minha mulher.

Ela insiste:

“Mas, se você não fosse casado, casaria comigo?”

Não quero decepcioná-la, respondo que sim e tento mudar de assunto. Noto a satisfação em seu olhar. Não entendo a insistência da pergunta. Mais adiante percebo sua intenção. Pergunto-lhe por que está aqui.

“Estou procurando marido. Muitas meninas e mulheres viram gente da sociedade, conhecendo seus maridos no puteiro. Tenho esperança.”

Esse diálogo me abre uma janela que me serviria durante toda a viagem: a menina vê na prostituição a fonte de seus males e vergonha. Mas muitas vislumbram a possibilidade de um salto, a chance de gerar uma família rodeada de filhos na sala em frente a uma televisão. Muitas nutrem esperança de encontrar um príncipe encantado. Por isso, apaixonam-se com facilidade por um cliente mais delicado e compreensivo.

Não demoro a descobrir que minha presença provoca suspeitas e curiosidade. Um grupo delas, que estava do lado de fora do portão, se aproxima do carro com motorista que eu havia alugado. Uma das moças pergunta ao motorista:

“Esse rapaz é veado?”

O motorista nega e quer saber por que elas suspeitavam de minha masculinidade:

“Ele está lá várias horas e não come ninguém”, analisou uma delas.

No caminho de volta, o motorista conta o diálogo. Suspeito que ele próprio está desconfiado de mim – afinal, ali não é um lugar de conversa,

nem para homens casados que adoram a mulher. O trajeto me dá chance de ordenar as idéias: as personagens, frases e cenas se embaralham. Casa da Dalva encerra um dia que me havia propiciado uma sucessão de choques.

Chegamos a Imperatriz de manhã e, como sempre, sob um calor insuportável. Localizada às margens do rio Tocantins, a cidade fica a 608 quilômetros de Belém e 736 de São Luís. Do outro lado do rio, está Tocantins, o mais novo Estado brasileiro. E a confluência entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de onde, segundo relatos, saem levadas de meninas em direção às zonas de garimpo, às capitais, grandes cidades ou vilas que surgem em torno da construção de hidrelétricas ou projetos de colonização. A região se notabilizou pelos violentos conflitos pela terra. Numa esquina de Imperatriz assassinaram, em plena luz do dia, o padre Josimo – um caso que ganhou repercussões internacionais.

Como a maioria das cidades brasileiras, Imperatriz cresceu desordenadamente. Seu núcleo populacional surgiu em 1852, com a chegada de criadores de gado. Até 1950, tinha três ruas e cerca de mil habitantes. Com a abertura de estradas, em especial a Belém – Brasília, a cidade tornou-se um entroncamento comercial. Em 1980, tinha 228 mil habitantes, a maioria deles imigrantes nordestinos à procura de emprego. A recessão jogou suas filhas na rua.

Tratamos logo de entrar em contato com os “tradutores” que podiam nos levar às prostitutas: Manoel Alves Pereira, da Pastoral do Menor, e Francisca Pereira Mota, coordenadora da Pastoral da Mulher Marginalizada. Ambos me apresentam Francisca Ferreira, conhecida por “Chica Bagaço”, uma prostituta que desenvolve trabalho educacional com filhas de meretrizes.

“Chicuta”, como Francisca Pereira Mota é chamada pelos amigos, trabalha há dezessete anos com prostitutas. Não é a pessoa mais querida dos policiais, os quais denuncia quando descobre arbitrariedades. Também não é compreendida pelos setores mais conservadores da comunidade. Certa vez, ao passar pela rua, ouviu duas senhoras comentando às suas costas:

“Lá vai a defensora das raparigas que roubam nossos maridos”.

Ela nos guia até a Farra Velha, a zona de meretrício de Imperatriz. Um dos pontos da cidade onde as meninas, as filhas dos esperançosos nordestinos, são captadas e traficadas para outras partes do país. No

caminho, ela vai contando histórias. Uma das senhoras daquele bairro queria reformar a casa. Não tinha dinheiro. Mas acabou dando um jeito. Os vizinhos descobriram a fonte de recursos – a virgindade de uma de suas filhas foi vendida a peso de ouro.

Chicuta passa defronte à casa e aponta a mulher. Mais adiante, ela nos apresenta a Celma Carneiro, ex-cafetina, hoje aposentada. Casou com um policial e “deixou essa vida”. Nas paredes da casa de Celma, uma profusão de peças religiosas católicas.

“Minha mãe não gostou que eu parasse”, conta Celma, ladeada pelos dois tradutores, Manoel e Chicuta.

Imagino não ter entendido direito. Peço que ela repita. E repete a mesma coisa.

“Minha mãe não gostou. Antes eu faturava. Não faturava mais e parou de entrar dinheiro.”

Esbarramos na informação transmitida por Lurdes em Belém: a de que famílias não apenas aceitam, mas se aproveitam da prostituição das próprias filhas. Chicuta revela ser fato comum o pai vender a filha para aliciadores que vêm de outras regiões à procura de meninas bonitas e, sobretudo, novas. As mais vistosas são logo absorvidas pela Casa da Dalva. Fico perplexo ao notar como aquele relato é encarado com naturalidade pelas pessoas reunidas na pequena sala. Imagino que, se estivéssemos conversando sobre a última novela da Globo, as expressões não seriam diferentes.

Não é só isso que me atrai a atenção: a própria Farra Velha é um cenário de filme, com suas casas pobres e pequenas ao longo de ruas de terra. O detalhe curioso são os índios que freqüentam o local – a poucos metros há um posto da Funai. Eles vendem maconha, plantada livremente na tribo. Os garotos que querem a droga procuram os índios, que ficam com a mercadoria na parte da frente da sede da Funai. Muitos roubam para comprar maconha e deixam não dinheiro, mas rádios, relógios, sapatos ou camisas. Por isso, ao lado da fundação instalou-se uma delegacia de menores.

Da casa da Celma, Chicuta chama uma menina grávida que vê passando. Tímida, desconfiada, ela não entra na sala. Encosta-se na porta, deixando metade do corpo do lado de fora. Ana Paula Ferreira da Silva, de treze anos, grávida de três meses, vende o corpo num bar a cinquenta metros dali.

Uma menina prostituta grávida aos treze anos por si só já seria espantoso. Mas não é só isso: ela trabalha no bordel da própria mãe adotiva, Marina Ferreira.

“Às vezes sinto vergonha de transar lá por causa da minha mãe”, admite Ana Paula. Vamos conhecer a mãe. Ela se mostra simpática, receptiva e até preocupada com a filha. Gosta da idéia de ser avó:

“Quem sabe agora essa menina aquieta. Muito levada, muito levada”.

Conhecemos um pouco mais da história de Ana. Marina morava em São Luís; uma manhã, ouviu um ruído estranho. Pensou, como era comum na região, ser uma jibóia comendo um sapo. Imaginou que aqueles seriam os derradeiros gritos de um sapo sendo devorado pela cobra.

“Só que não era o mesmo barulho”, lembra.

Aproximou-se e viu um bebê de poucos meses, jogado próximo a uma poça d'água. Seu rosto estava repleto de feridas.

“Quase que cabia na minha mão de tão pequeno.”

Pegou o bebê e levou-o ao médico. Antes recebeu conselhos de uma vizinha: “Deixe pra lá, comadre. Isso é comida pra formiga”. Mas resolveu criá-la e se afeioou por Ana, que cresceu vendo o entra-e-sai de homens no bordel da mãe. Nem Marina nem a filha sabem direito quando tudo começou. De repente, ela estava fazendo salão.

Depois que ficou grávida, Ana parou de manter relações com homens:

“Será que machuca o nenê?”, pergunta.

A pergunta denuncia falta de informação. Em nossa pesquisa entrevistamos 53 meninas prostitutas – apenas 15 por cento usavam métodos contraceptivos e 5 por cento utilizavam regularmente camisinha. A maioria não tinha a menor idéia do funcionamento do seu corpo nem dos perigos da gravidez. Quarenta por cento das entrevistadas haviam feito aborto empregando métodos os mais rudimentares, como chutes na barriga, drogas impróprias como a quina, destinada à malária, ou agulhas crochê. Outras, a exemplo do que ocorreu com Ana, despejam o filho em algum lugar na esperança de que alguém pegue.

A pobreza vai tornando natural a promiscuidade. Cenas como comércio de filhas pela mãe, abortos com agulhas, deixam de provocar espanto ou indignação. Tornam-se parte do cotidiano. Uma de nossas

tradutoras, Chica Bagaço, mora na Farra Velha, quase em frente à casa de Celma – ela é um bom exemplo de como a necessidade acaba levando com imperceptível naturalidade à promiscuidade.

Ela foi para Imperatriz para trabalhar como cozinheira. Não tinha nada a perder. Estava sem emprego e sem marido. Ao chegar, descobriu que teria de trabalhar numa boate. Ela se lembra da primeira vez que foi para a cama com um cliente:

“Quando ele tirou a roupa e vi o tamanho daquilo, saí correndo para a rua”.

O tempo a ensinou a perder esse e outros medos. Mas, ao contrário da maioria das prostitutas, conseguiu mudar de vida. Entrou na pastoral da Mulher Marginalizada, incumbida de atrair meninas para cursos como corte e costura, artesanato e culinária. A escola foi criada para atender às filhas das mulheres que trabalhavam na zona. Estava feliz – ganhava dinheiro sem precisar vender o corpo e agüentar homens bêbados e violentos.

Mas ocorreu o inesperado. Seu salário era pago pela pastoral com recursos enviados pela prefeitura de Imperatriz. Cortaram a verba. Certo dia, voltou para casa e viu os móveis na rua. Estava despejada.

“Tive de voltar para a Farra Velha. Quem vai pagar meu aluguel?”, pergunta.



ANA PAULA FERREIRA DA SILVA

Ana Paula tem treze anos, esta grávida e não tem ideia de como cuidar do filho. Entrou na prostituição aos doze, acostumada com a movimentação no bar de sua mãe adotiva. Não se lembra quando começou a fazer programa no bar, onde há quartos destinados a encontros amorosos.

“Às vezes sinto vergonha transar lá”, admite. Agora, esta mais preocupada com o filho, parou de sair com homens e pergunta: “Será que machuca o nenê.”

Não é só. Uma adolescente – Adriana Pereira Lima - foi parar na sua casa. Ela deixou, desde que “pagasse a chave”, ou seja, desse uma porcentagem do dinheiro recebido dos clientes à madame, a dona do prostíbulo. Ela nem percebeu que a falta de recursos para o aluguel a tinha convertido numa madame.

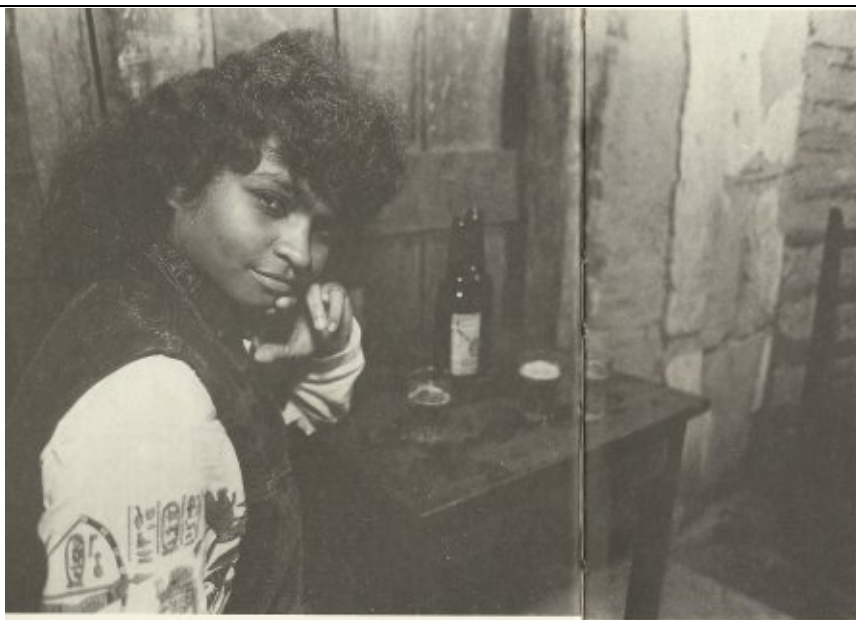
“Logo que eu possa, deixo isso aqui. É muita sacanagem e perdição pro meu gosto.”

Chica Bagaço é mais um caso do círculo vicioso da prostituição. Nas conversas com os militantes de pastorais, e mesmo com prostitutas, abundam informações sobre meninas ludibriadas que deixaram a família e terminaram num quarto sujo de boate – muitas delas nem mesmo podem voltar para casa, porque o pai não deixaria. Mais uma causa da prostituição: a garota se entrega ao namorado. A família não aceita, ela vai embora. Sem qualificação, só lhe resta vender o corpo.

É o caso de Adriana, que mora no prostíbulo de Chica Bagaço. A família não aceitou que ela tivesse perdido a virgindade. Ganhou a rua.

“Meu sonho é ter um marido, filhos e trabalhar. Mas onde vou trabalhar se não tenho estudo?”, reflete Adriana.

Entre as várias rotas do tráfico de meninas como Adriana, que chegam ou saem de Imperatriz, está o município de Laranjal do Jari, no Amapá, limite com o Pará. Conhecido como “Beiradão”, foi criado, entre outros motivos, para fornecer mulheres aos homens do Projeto Jari, um sonho do falecido milionário americano Daniel Ludwig de transformar a Amazônia num celeiro de alimentos.



ADRIANA PEREIRA DE LIMA

Seu maior sonho é estudar, trabalhar e ter uma família. Enfim, sair da prostituição. Ganha a vida num prostíbulo na Farra Velha, zona do baixo meretrício de Imperatriz, onde perambulam bêbados e bandidos. Não é apenas um cenário violento. É exótico: por ali transitam livremente índios vendendo maconha plantada na tribo. Aparentemente simples, o sonho lhe parece uma meta distante e quase inacessível "Onde vou trabalhar se não tenho estudo?"



Janaína Patrícia Pereira, nossa guia em Laranjal do Jari, tem apenas catorze anos – e já está na prostituição há anos. Não é uma prática sistemática: só quando precisa de um troco, diz ela. Nesta manhã do dia 15, ela percorre os esconderijos e entradas das Malvinas, bairro onde moram as meretrizes, apresentando suas colegas. Uma delas não consegue sair da cama: o efeito da droga não passa.

Janaína tem um jeito bem infantil – durante a caminhada, nos brinda várias vezes com um sorriso doce e ingênuo. Acredita nos poderes sobrenaturais do boto que, segundo a lenda, se transforma em homem e encanta as mocinhas. Na Amazônia, a lenda do boto já foi levada a sério e livrou muitas solteiras grávidas da ira paterna. Ela se locomove com facilidade pelo emaranhado de passarelas suspensas ladeadas por casas de palafitas, que formam o “Beiradão”. São 25 quilômetros de passarelas, construídas à beira do rio Jari, sul do Amapá, que compõem um labirinto de ruas de madeira. Lá se acotovelam 35 mil moradores.

Devemos andar com todo o cuidado e atenção para evitar um tropeção que nos atire debaixo das estreitas passarelas. Certos trechos exigem mais do que atenção: é preciso ser um exímio equilibrista. Descontraída e indiferente à nossa concentração, Janaína vai contando seus prazeres:

“Adoro dançar. Acho que é a coisa que eu mais gosto”.

Nos fins de semana, aquelas passarelas ficam congestionadas de homens em busca do prazer venal. Não raro os mais bêbados e

descuidados despencam os dois metros que separam a passarela do chão. Vêm do projeto Jari, construído na década de 70 pelo empresário americano Daniel Ludwig em torno da cidade de Monte Dourado, no Pará. O projeto absorveu 1 bilhão de dólares, e hoje há unidades de produção de celulose, caulim e bauxita, mas administradas por empresários brasileiros.

Apenas o rio separa Monte Dourado do Beiradão, subproduto involuntário e incontrolável do megaprojeto de transformar a Amazônia num oásis agrícola – e que surgiu, entre outras coisas, para oferecer mulheres. Entre os dois lados, são dois minutos de barco a motor, as voadeiras. Mas estão muito distantes no tempo.

Monte Dourado é o cartão-postal do sonho de se realizar o projeto excêntrico de Ludwig. A cidade reproduz um bairro do interior dos Estados Unidos: casas ajardinadas sem muro, ruas limpas e floridas. Impressionam a profusão e a beleza das **bouganvilles**. Vermelhas, amarelas, roxas, brancas. Crianças limpas e bem-arrumadas brincam nas ruas. De lá, tem-se a desalentadora paisagem do Beiradão, desprovido de saneamento, onde só em dezembro o cólera fez 65 vítimas.

Quando podem e têm dinheiro, os operários trocam a higiênica Monte Dourado pelos corpos femininos do Beiradão, expostos nas passarelas – entre eles o de nossa pequena e prestativa guia. Nem sempre os operários encontram prazer. É freqüente depararem com brigas e mesmo a morte. O padre Luigi Carlini, um italiano nascido em LaSpezia, próximo a Gênova, não se acostuma com a violência:

“Você imagina que só no último Natal tivemos dezessete pessoas esfaqueadas”.

No momento em que chegamos há um fuzuê num supermercado situado em frente ao pequeno porto onde atracam as voadeiras. O supermercado leva o sugestivo nome de Metralhadora, propriedade do vereador Daniel Martins Nobre. No dia anterior, alguns meninos haviam roubado caixas de velas e de sardinhas. Ganharam uns trocados vendendo a mercadoria. Furioso, o vereador transformou o supermercado num cárcere privado e disse que só soltaria os meninos depois que recebesse os produtos ou o dinheiro de volta. Os pais estavam desesperados atrás dos filhos.

Por essas e outras, Janaína acha o Beiradão a reprodução em palafita do inferno. Tem o sonho de casar-se e morar bem longe, se

possível em Macapá.

“Os homens daqui não prestam. Adoram brigar e beber.”



JANAÍNA PATRÍCIA PEREIRA

Janaina serviu de guia pelos labirintos de passarelas do Laranjal do Jari, no Amapá. Não vive com os pais – nem sabe onde estão. Conhece os principais esconderijos das meninas prostitutas, seus costumes, medos e traumas. Ela própria carrega seus traumas e ingenuidades infantis, apesar de ser uma das vítimas do mundo dos adultos, forçada ao sexo para sobreviver. Esta convencida de que o boto pode ate não engravidar meninas, mas tem poderes sobrenaturais.

Vasculhando as histórias e lendas do lugar, encontro dados de uma personagem interessantíssima, o antigo dono de tudo aquilo, inclusive das terras onde se assenta hoje o Projeto Jari. Ex-coronel da Guarda Nacional ex-senador, ex-deputado, o cearense José Júlio de Andrade morreu em 1952, na ilha da Madeira, em Portugal, vítima de um ataque cardíaco. Na República Velha, esteve próximo de ser candidato à presidência da República com o apoio do então presidente Washington Luís (1926- 1930).

Era poliglota. Segundo historiadores, falava doze línguas e lia clássicos gregos e latinos no original. Homem de refinados hábitos, adquiridos em freqüentes viagens à Europa. Junto com toda essa sofisticação, porém, relatos de pessoas ainda vivas, moradoras da região, o apontam como um tirano, acusado de garantir à força o trabalho escravo em seus seringais. Além de ampliar, com o emprego da violência, suas propriedades, que teriam chegado a 3 milhões de hectares – o que o faria maior latifundiário do mundo.

Mas seus hábitos sexuais não eram europeus. Ele morava em Arumanduba, sede da fazenda, onde desfrutava de um harém que chegou a ter doze mulheres – muitas delas ainda estão vivas. O historiador Vinícius Lima descobriu que ele tinha uma forma original de fazer o convite:

“Hoje é Fátima quem vai embalar a rede”, anunciava diante das mulheres. Todas sabiam o significado da expressão “embalar a rede”.

Eram comuns os casos de meninas violentadas por capatazes. Até que um dia houve uma rebelião, cujo pretexto foi a filha de um trabalhador da fazenda. E conhecida como a “Rebelião do Cesário”. José Cesário de Medeiros, nascido no Rio Grande do Norte, conta o historiador Vinícius Lima, teve duas filhas estupradas por auxiliares do coronel José Júlio.

Cesário juntou alguns homens e foi vingar-se dos estupradores, em 5 de julho de 1928. A primeira parte do plano consistia em tomar o navio onde estavam os homens que atacaram suas duas filhas. Com o domínio da embarcação, auto-intitulou-se comandante – que, portanto que lhe dava o direito de celebrar casamentos com valor legal.

Levou as filhas para o navio e colocou uma imagem de Nossa senhora na proa. Os dois estupradores foram amarrados, e Cesário realizou a sumária cerimônia de casamento. Declarou:

“Minhas filhas estão casadas”.

Em seguida, retiraram zelosamente a imagem da santa e afastaram os noivos. Os “maridos” foram então fuzilados.

“Minhas filhas estão viúvas”, afirmou Cesário, aliviado, em tom solene.

Lendas ou não, a violência, revelações sobre trabalho escravo e meninas violentadas continuam a ter o rio Jari como testemunha e cenário. Janaína dobra uma esquina e cruza uma passarela, até chegar ao rio, onde Luciene Cavalcanti dos Santos, de quinze anos, lava roupa:

mais uma das vítimas da rota Maranhão – Laranjal do Jari.

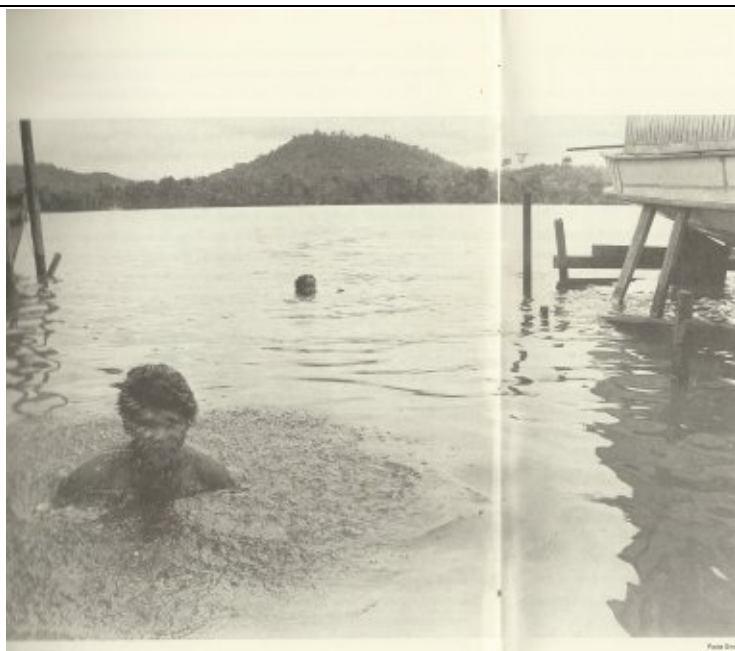
Não tinha mãe, e o pai, Samuel Cavalcanti dos Santos, foi assassinado pela polícia em Altamira, no Pará. Isso depois que ele arrancou com uma faca a cabeça de um desafeto num bar, onde brigaram, na presença da pequena e assustada Luciene.

“A cabeça ficou presa ao corpo apenas por um pedaço de pele”, lembra-se.

De Altamira, foi para o Maranhão e daí para o Beiradão, com promessa de um emprego, como faxineira. Ao chegar, foi informada de que iria trabalhar na boate Guajará, do “Bucho de Bode”, apelido do maranhense Raimundo Nonato Castro Costa. Se quisesse, podia desistir. Mas tinha de pagar a passagem. Ficou. Não dispunha de dinheiro nem de lugar melhor para ir.

Com o tempo, mudou de boate, através de um mecanismo comum no mundo futebolístico: “passe”. Outra boate comprou seu passe e ela ganhou um novo dono, a quem a dívida foi transferida.

“Acabei me acostumando”, conforma-se Luciene, entrevistada enquanto lava a roupa.



LUCIENE CAVALCANTI

Luciene recebeu uma oferta para trabalhar como faxineira e, como muitas das meninas aliciadas, acabou num cabaré, sem condições de sair.

Mesmo que pudesse, ela confessa que não tem para onde ir. Nem parente para procurar. Sua mãe já havia morrido, quando o pai arrumou uma briga em Altamira, no Para. Luciene viu o pai cortar o pescoço do desafeto. Na semana seguinte, foi morto pela polícia. Sobre a prostituição: "Acabei me acostumando".

Há variações na lei do passe, que podem até ajudar as vítimas. Luísa Ribeiro Soares, que também trafegou pela rota do Maranhão, veio enganada para a boate Nova Brasília. Uma mulher chamada Clarissa prometeu-lhe há cinco anos que iria trabalhar como cozinheira no garimpo. Tinha, então, catorze anos.

Enquanto fala, balançando-se numa rústica cadeira, não consigo deixar de notar uma cicatriz que cruza seu rosto. Não resisto e pergunto o motivo daquela marca.

"Briga com outra mulher", comenta, sem aparentar qualquer trauma emocional.

Aprendo mais uma lição: nas brigas entre prostitutas, é comum o emprego da navalha, o gesto supremo de raiva – afinal, o rosto é o primeiro atrativo da prostituta. É a tentativa de inviabilizar a fonte de beleza, que significa, naquele mundo, sua fonte de renda.

"Era um terror a boate. Não deixam a gente dormir cedo. Se sair à noite, tem de pagar, o que só aumenta a dívida. Passei quatro meses chorando."

Mas ela recebeu ajuda de um namorado que queria tê-la em casa. Ele ajudou a pagar a dívida comprando seu "passe", uma espécie de carta de alforria que no século passado era concedida aos escravos. O poder de vender a liberdade torna os cafetões figuras de importância nessas comunidades. Vi vários deles desfilarem imponentes pelas passarelas, vistos com respeito e temor.

Bucho de Bode é uma das estrelas dessa constelação – Guajará é a melhor e maior boate das Malvinas, onde sempre há uma rotatividade de meninas procedentes do interior do Pará e do Nordeste, sobretudo do Maranhão. Localiza-se bem em frente a outra boate, que leva o instigante

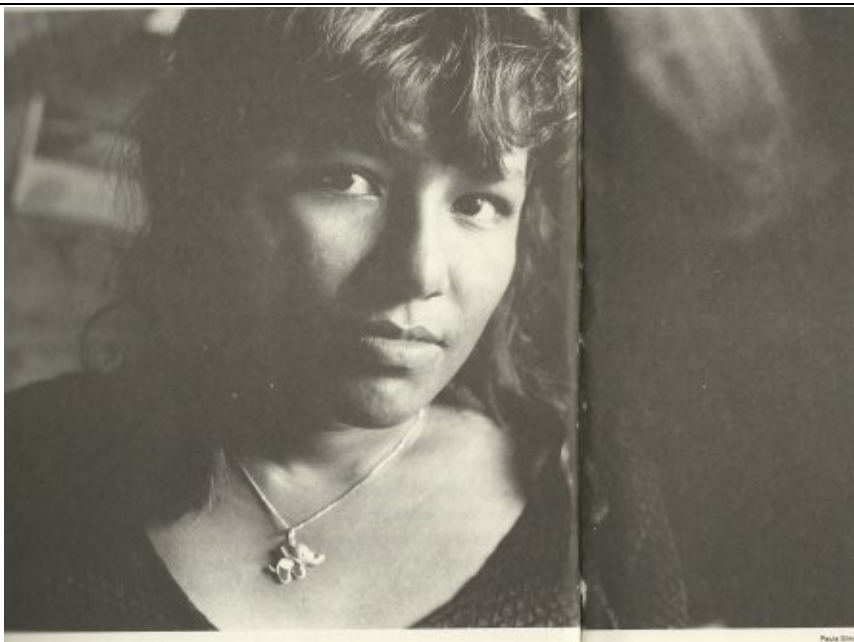
nome de São Francisco de Assis, santo popularizado no Brasil não só por seus milagres, mas pela máxima: “É dando que se recebe”.

Estamos numa estreita passarela ao lado da boate Guajará, de onde se avistam os quartos das meninas, algumas delas enroladas apenas numa toalha. Converso com Bucho de Bode, que se mostra simpático. Mas basta uma pergunta para transformar a feição de seu rosto. Falo de sua prisão em 1991.

"Não quero falar sobre isso. Passado é passado. O que aconteceu pode acontecer na vida de qualquer comerciante."

Para mostrar que não quer conversar sobre “isso”, Raimundo Nonato Castro Costa levanta a voz, franze o rosto, contorcendo a boca. Veste apenas um calção preto, deixando à mostra a volumosa barriga. Imaginei-me jogado da passarela, com um hematoma no rosto. Não chegou a tanto.

“Isso” de que ele não quer falar é o tráfico e escravidão de meninas revelados em sua boate, o que o obrigou a depor na polícia. Para detalhar o episódio, obtivemos o depoimento de três garotas envolvidas – uma delas, de dezesseis anos, como aliciadora. Seduziu inclusive a própria irmã.



ELAINE DOS SANTOS

Apesar de ter apenas quinze anos, Elaine foi hábil em arregimentar meninas no Beiradão, em lojas ou restaurantes. Convenceu a própria irmã. Desde o início

sabia que se tratava de uma manobra destinada a prover uma boate com meninas-escravas. Não esta arrependida de servir como aliciadora. Hoje mora em Belém: "Essas meninas são trouxas. Não sabiam de nada". As trouxas, entre as quais sua irmã, tiveram de fugir dela, ajudadas por um padre.



ANA MEIRE LIMA DA SILVA

A recepção foi um choque. Ana Meire caminhava para a boate Guajará sem saber que estava condenada a prostituição forçada. Se não dormisse com homens, não teria alimento e ficaria presa no quarto. Os homens uivavam à passagem do lote de garotas. Gritavam: "Carne fresca, minha gente", "Vou te chupar todinha". Uma prostituta que assistia ao desfile berrou: "Chegou mulher pra ser ralada".

Na noite de 23 de setembro de 1991, o São Bartolomeu, embarcação típica do estilo gaiola que navega pelos rios da Amazônia, saiu do Porto do Sal, em Belém, com destino a Laranjal do Jari. Duas noites e três dias de viagem. Os passageiros se esparramam pelas

redes amarradas entre as colunas. Além dos passageiros, transportam-se mercadorias para as regiões ribeirinhas. Nessa viagem havia uma mercadoria especial: um lote de meninas que, sem saber, eram destinadas à prostituição. Especial, mas não inédita para os passageiros que navegam por aqueles rios.

Faziam parte daquele carregamento de doze meninas Ana Meire Lima da Silva, quinze anos, e Miriam Ferreira dos Santos, de catorze, convencidas de que iriam trabalhar num restaurante ou lanchonete. Pelo menos foi o que prometeu Elaine, irmã de Miriam. O grupo era liderado por Jaqueline (não foi possível apurar seu sobrenome). Obtenho poucos detalhes: gorda, morena, cabelos lisos. E apontada como homossexual. Viajou com a namorada, chamada Marcela.

“Essas meninas são trouxas. Não sabiam de nada”, conta Elaine, convencida de que não fez nada de errado.

Foi uma péssima recepção. No porto, Bucho de Bode esperava por elas. Ana Meire lembra-se de que, enquanto caminhava pela passarela, homens uivavam coisas como: “carne fresca, minha gente”, “gostosa”, “vou te chupar todinha”, “bucetuda”. Lembra-se também de que uma menina prostituta gritava, rindo: “Chegou mulher pra ser ralada”.

Descubro que a recepção faz parte de um ritual. Sempre que desembarcam novas meninas no porto, há comemoração e, à noite, os homens disputam o privilégio de serem os primeiros a comer a “carne fresca”. A rotatividade é apreciada pelos clientes. Nesses ambientes contaminados, as prostitutas se desgastam com rapidez, o que exige constante “reposição de material”, como define um cafetão. Quando os clientes se cansam do produto, é hora de vendê-lo através da “lei do passe” – elas vão passando de região em região, de garimpo em garimpo.

Naquele desfile sinistro das recém-chegadas - cerca de 1 quilômetro do porto à boate Guajará – um homem se postou na frente de Miriam, que, tensa, ouviu: “Quero ver se você é boa de cama”. À frente, orgulhoso Bucho de Bode apresentava a nova mercadoria.

Como de costume, foram informadas de que iriam “fazer salão”.

Todas se conformaram. Menos uma: Ana Carla da Silva Munhoz, de treze anos. As amigas testemunharam ela chorar e gritar:

“Não vou pra cama com ninguém. Quero ir de volta pra casa”.

Também testemunharam Bucho de Bode gritar:

“Se não fizer salão, não come e fica trancada no quarto”.

E foi o que aconteceu. Trancada no quarto, quase sem comida, ela fugiu e deu queixa na polícia, localizada ao lado da igreja, onde estava o padre Paulo Roberto Conceição. Ele articulou a denúncia, que repercutiu em Belém. Depois desse episódio, sentindo-se ameaçado, o padre apressou sua volta a Macapá. O resultado é que todas as meninas ganharam a liberdade. Encaminhadas a Macapá, cada qual voltou para sua cidade. Mas nem tudo acabou bem.

Por coincidência, naquela época duas mulheres de Laranjal do Jari trabalhavam na pesquisa do Movimento de Meninos de Rua, coordenada pelo padre Bruno Secci sobre as crianças da Amazônia: Vera Lúcia de Lima, do Centro de Defesa do Menor, e Vanja Maria Gomes Varela, da Pastoral da Criança. Elas haviam entrevistado meninas prostitutas. Bucho de Bode viu na pesquisa o motivo da fuga.

“Eu acabo com essa mulher”, desabafou, referindo-se a Vanja, que mora próximo a Malvinas.

Sem saber, Vera Lúcia de Lima mexeu em casa de marimbondo. Perdeu o emprego de assessora na Câmara Municipal, onde trabalhava para o vereador Zózimo Pontes. Ela não atinava com o motivo da demissão. Mas acabou descobrindo: Zózimo tinha uma boate chamada Céu Azul, onde, na parte de cima, explorava meninas.

A confusão na boate Guajará não acabou com o tráfico de meninas. Durante a nossa estada na cidade chega um novo lote. Mas dessa vez o ritual é mais discreto. O clima de impunidade não é total – ainda mais quando a imprensa está por perto. Os cafetões não se sentem culpados: consideram-se negociantes como outro qualquer. Há até donos de boates que se sentem cumprindo uma missão. Na última noite em Laranjal do Jari, conhecemos Rosa Maria Lima, dona da boate Girassol.

"Meu negócio é limpo", avisa, enquanto conversamos, sentados numa pequena mureta em frente ao seu estabelecimento. "Dou emprego, comida, e não engano ninguém. Quando trago elas, digo, não engano: você vai pra boate."

Enquanto ela fala, observo no salão uma graciosa menina, de vestido bem apertado e curto, dançando. Não pára de dançar sozinha ou com as amigas. Rosa Maria prossegue suas reflexões filosóficas e se diz em Crise existencial:

“Vou deixar essa vida. Não serve mais para mim. Quero ser

testemunha-de-jeová, e enquanto for dona de boate não me deixam entrar. Cada dia é um pedaço de pecado que entra em mim”.

A menina que me chama a atenção pela graciosidade se aproxima de nós. Agacha-se, amparando-se nos joelhos de Rosa Maria, que está sentada a meu lado – de perto, revela-se ainda mais graciosa. Chorosa, reclama:

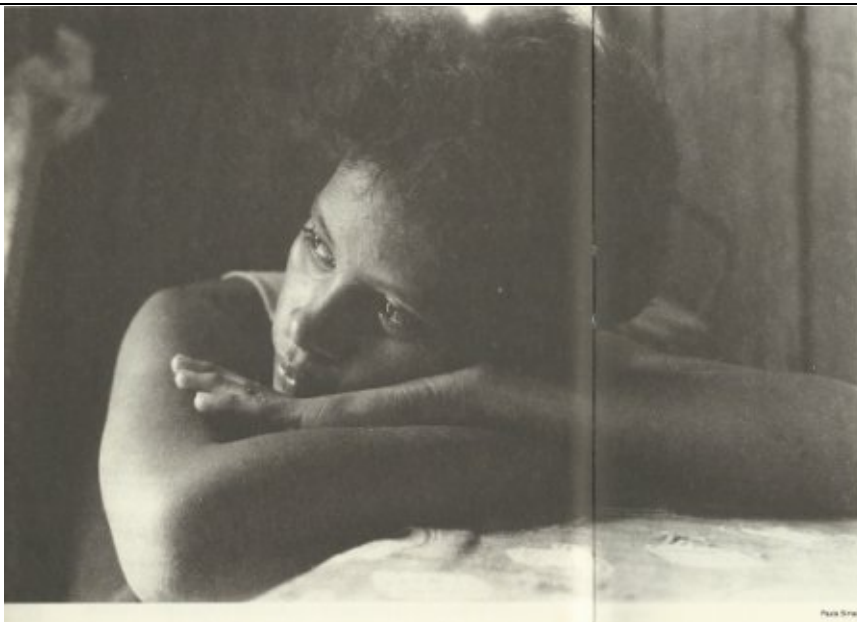
“Não quero ir embora, não me deixa ir”.

Ela se chama Cláudia Amaral, tem treze anos, veio ao Beiradão acompanhando um casal para o qual trabalha como babá. Iria embora no dia seguinte. Enquanto está na cidade é babá de dia e, à noite, vai para a boate, onde realiza um de seus maiores prazeres: dançar.

"Aqui é legal porque a gente conhece muitas pessoas", diz Cláudia.

Ela chega a me convencer de que realmente não quer ir embora.

Está feliz com a dança, as novas pessoas, o que lhe dá uma sensação de liberdade. Melhor do que o estafante trabalho de babá. Aprendo mais uma lição que me seria útil nessa viagem: muitas meninas vêm na prostituição uma alternativa para serem livres. Fogem da opressão da casa paterna, onde não raro têm uma família desestruturada e, muitas vezes, violenta. Ou tentam escapar de empregos maçantes e mal-remunerados. Ter o seu próprio quarto e nutrir a ilusão de ganhar mais dinheiro torna-se uma poderosa sedução.



MIRIAM DOS SANTOS

Miriam não estava entendendo nada. Ha três dias viajava pelo rio em busca de um emprego prometido pela irmã. Mas no porto foi recebida por um dono de boate chamado Bucho de Bode. Enquanto percorria pela primeira vez a passarela de madeira que separa o porto da boate, um homem parou-a, pegou-a pelo braço e disse: "Quero ver se você boa de cama". Teve de amargar um mês até se libertar e ir embora da cidade. A regra da boate era dura: se não fizesse salão". Não comia e ainda tinha de pagar o aluguel do quarto. A desobediência era resolvida no braço.

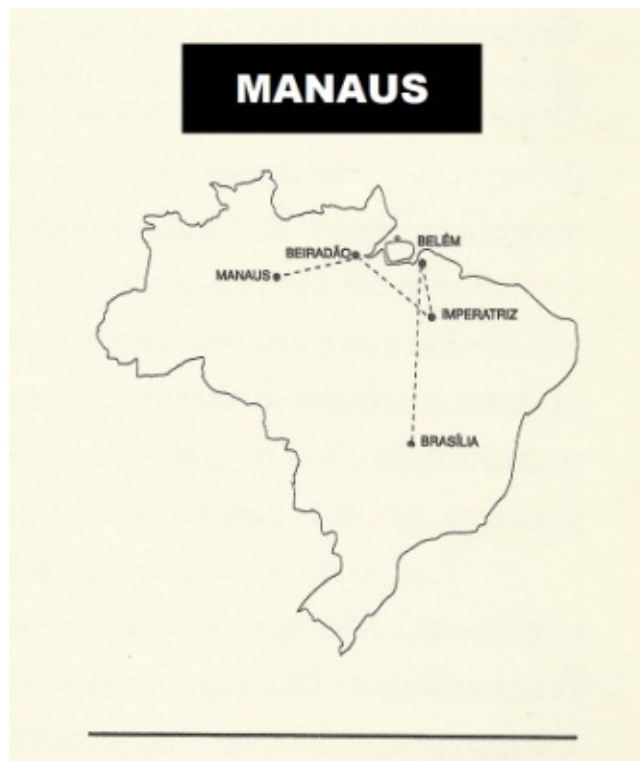


CLÁUDIA AMARAL

Com seus treze anos, Cláudia tem uma paixão: dançar. Gosta também de conhecer novas pessoas. Na boate onde trabalha, ela tem dança e sempre gente nova para conhecer. Prefere ficar ali a trabalhar como babá em Santarém.

Em Manaus, próxima etapa da viagem, recolho testemunhos de meninas para as quais a rua não é apenas a única solução. Para elas, é um ambiente mais familiar e, por incrível que pareça, mais aconchegante

do que suas casas.



São oito horas desta noite de 19 de janeiro de 1992. Estamos numa esquina da rua 24 de maio, no centro de Manaus. À nossa frente, sentada calçada, de short preto justo, camiseta verde-abacate que cobre apenas o busto, colares, pulseiras, mas descalça, uma menina chora sem parar, com a cabeça apoiada nos braços sobre os joelhos.

A seu lado, tentando consolá-la, está a coordenadora estadual do movimento de Meninos de Rua, Lauriete Nascimento. Maria Sanchez, de quinze anos, tem motivos para chorar. Dois meses atrás, sua mãe morreu. E não tem pai para ampará-la.

Mas não foi a única perda. A mãe cuidava de seu filho. Prestes a morrer de câncer, deu a criança. Ninguém sabe para quem. Talvez tenha imaginado que o garoto encontraria melhores condições em outra família.

"Não me sobrou mais nada. Nem sei onde começar a procurar meu filho", diz Maria e volta a chorar, enquanto revela: "Aprendi a trocar roupa de criança não numa boneca, mas no meu filho. Nunca tive boneca pra trocar roupa".

Ela recobra as forças e se diverte com a sessão de fotografias de Paula Simas. Diante da câmera, esquece-se por momentos da mãe e do filho que perdeu. Livre das lágrimas, mostra um rosto bonito, mesclado

de expressões de mulher vivida e garotinha. Tenho a impressão de que, para ela, a fotografia é mais do que um retrato. É o momento de atenção e afeto que lhe são projetados em cada clic.

Ela está na rua desde os oito anos. Cedo aprendeu que nas esquinas poderia encontrar dinheiro apenas com o sexo – a prostituição não é um mundo estranho. A mãe veio de Porto Velho depois de abandonar o garimpo, onde as mulheres são manuseadas como objeto sexual.

Como as meninas de rua, sofre todo o tipo de violência de policiais e "Clientes". Mas aprendeu a viver no asfalto como se fosse a própria casa. É seu ambiente familiar. Sua única irmã, Socorro Sanchez, de treze anos, lhe faz companhia nas ruas e motéis.

Socorro mostra-se animada para tirar fotos, mas impaciente na entrevista. Fica visivelmente nervosa e quer encerrar logo a conversa. Nem por isso deixou de me dar uma preciosa frase. Pergunto-lhe quanto cobra por programa, e ela, sem titubear, afirma:

“Cobro 10 mil cruzeiros (9 dólares) e por menos não saio. Quero o dinheiro adiantado. Eles dão cano, não pagam depois que gozam. Sem camisinha cobro 15 mil. Mas não deixo fazer tudo, não”.

Não é fácil fazer as entrevistas nessa noite – muito menos tirar as fotos. A movimentação atrai os meninos de rua da região, cada qual disputando o privilégio de estar no foco das atenções. Nem Lauriete, íntima deles, consegue manter um mínimo de ordem.

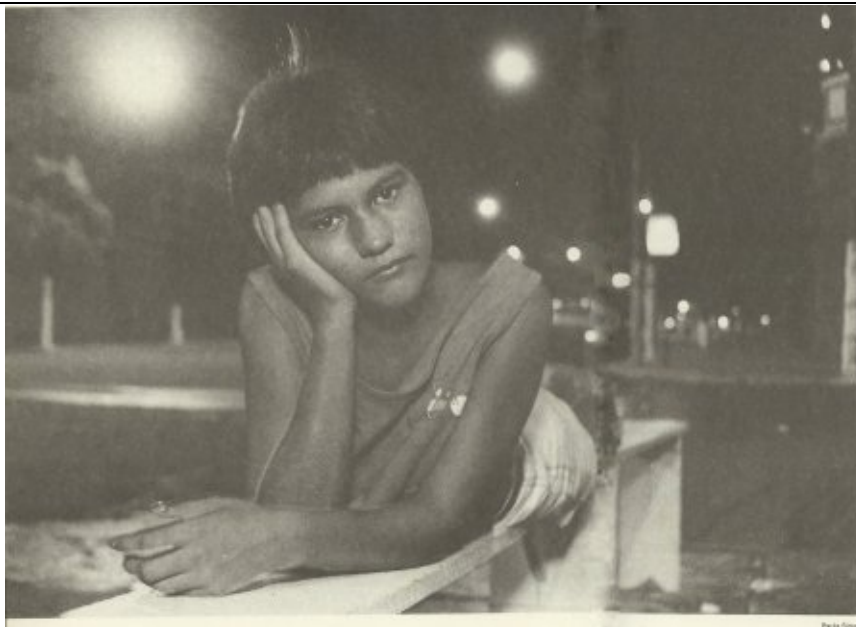
Ela se esforça para impor disciplina, enquanto Paula tenta fotografar Maria Sanchez. Inútil, as fotos ficariam para o dia seguinte. Lauriete se conforma com a bagunça; ela sabe que toda aquela agitação traduz a disputa das crianças pela atenção de alguém. Em meio à balbúrdia, é ela quem aproveita para fazer seus desabaços. Não esconde o desânimo diante do tamanho do problema comparado com as verbas e recursos disponíveis para enfrentá-lo.

Voluntária, trabalha de graça e ajuda a coordenar equipes de educadores de rua. Gasta boa parte do tempo imaginando técnicas pedagógicas que funcionem e despertem a atenção nesse submundo antipedagógico. Descobriu, por exemplo, que eles adoram brincar de teatro de sombras, o movimento das mãos projetado na parede com o auxílio de uma fonte de luz.



MARIA SANCHES

Maria Sanches está nas ruas de Manaus desde os oito anos. Conhece seus truques, seus perigos. Teve um filho, e sua mãe, antes de morrer, entregou-o a alguém – e ela não sabe por onde começar a procurá-lo. Aprendeu a trocar roupa de bebê em seu filho. “Não me sobrou mais nada.”



SOCORRO SANCHES

Socorro Sanches cansou de transar com clientes e não receber o dinheiro. Hoje cobra adiantado. “Eles dão o cano, não pagam depois que gozam.” Socorro tem uma tabela de preços: “cobro 10 mil cruzeiros; por menos não saio”. Sem camisinha, o preço é mais alto: 15 mil.

Quando nos preparamos para ir embora, um menino se aproxima, puxando insistentemente a minha camisa. Somos apresentados a mais uma personagem de outro tipo de teatro de sombras – desta vez, as formas são humanas mesmo. “Não vai me entrevistar, tio?”, pergunta, e logo descubro tratar-se de uma menina.

Com apenas doze anos, ela já tem até nome de “guerra”, hábito entre as prostitutas: Cristiane. Seu nome verdadeiro é Edvalda Pereira da Silva. Como a maioria das meninas de rua, apanhou da polícia. Um deles, conta, chutou-a na barriga porque foi xingado de filho da puta. Sabe o que é camisinha, mas não a usa.

“Dizem que se não usar dá uma tal de Aids, mas não acredito.”

Aprendeu algumas manhas da profissão. Socorro Sanchez lhe ensinou que sempre deve cobrar adiantado. Seu preço: 7 mil cruzeiros por programa. Faço uma pergunta propositadamente ingênua:

“Tão pequena e já faz programa?”

Edvalda ri. Diz que sua mãe trabalha no Itamaracá, região do baixo meretrício, e que nem se importa com as suas transas.

“Só tenho uma diferença das outras meninas daqui da rua. Sabe qual é?”, pergunta.

Digo que não faço idéia. Sua resposta me surpreende. Levanta a camiseta, que, de tão grande, lhe serve como saia. Ri e diz:

“Ainda não tenho peito”.

Maria, Socorro, Edvalda e tantas outras meninas que vamos entrevistando nessa viagem reforçam a suspeita de especialistas, suspeita ainda não medida estatisticamente: a faixa etária das meninas que caem na prostituição está baixando. Diminui na mesma proporção em que se propaga o fenômeno dos menores de rua. O sexo vira um bico, utilizado até por meninos. Daí o espanto da experiente Lurdes Barreto, ao tomar conhecimento, na rua Gaspar Viana, em Belém, de uma garota de nove anos que dormia com vários homens por noite.

A consequência óbvia é a total desinformação sobre problemas de saúde. O Ministério da Previdência Social realizou uma pesquisa em Manaus e constatou que 80 por cento das mulheres não conhecem o próprio corpo, nem sabem como ocorre a gravidez ou como evitá-la. Foram' entrevistadas mulheres de dezesseis a quarenta anos. Imagine-se, então, o conhecimento de crianças como Edvalda.

Meninas sem peito espalhadas pela cidade à procura de homens são um irretocável símbolo da decadência de Manaus – um lugar que, nos tempos áureos da borracha, era chique, chamado de “Paris Tropical”. No meio da selva, construiu-se um requintado teatro capaz de impressionar os visitantes europeus. Companhias de ópera vinham pelo rio Amazonas para encher seu palco e sua platéia de homens vestidos com roupas inglesas.

Eram os tempos em que prostitutas francesas desembarcavam no porto, vestidas com roupas coloridas e esfuziantes. As cores dos vestidos faziam os homens da elite esquecerem as índias trajadas com roupas sumárias – índias que lhes serviam como empregadas de dia e amantes à noite.

Pelas ruas que percorremos nessa noite não se vê entre aquelas meninas qualquer vestígio de sotaque francês ou sofisticação cultural. São, em sua maioria, filhas de prostitutas, que por sua vez foram filhas

de outras prostitutas. A Zona Franca, que desfruta da franquía alfandegária tornou-se não apenas produtora de aparelhos eletroeletrônicos. Transformou-se num estímulo à venda de corpos.

A crise pegou em cheio a Zona Franca de Manaus, concebida pelos militares para ser um pólo de industrialização, decisivo para o desenvolvimento da Amazônia. Ela atraiu milhares de trabalhadores do interior e do Nordeste, mas o desemprego vai jogando a massa humana, em particular as crianças, nas ruas.

As meninas prostitutas perambulam pelas esquinas, sem assistência. Nota-se a ausência de instituições especializadas em meninas de rua e prostitutas. Elas são jogadas na mesma vala comum das crianças de rua – algo que eu já havia constatado na fase inicial da minha pesquisa, que teve início em julho de 1991. Uma das exceções está localizada no bairro de São José, na periferia de Manaus. Chama-se Casa da Mamãe Margarida, onde se ministram cursos profissionalizantes e de educação sexual.

Conversamos com a irmã Justina Zanato, responsável pela instituição. Ela trabalha para que as meninas evitem a trilha apontada pela sociedade, quase um legado de família. Luta, por exemplo, para que as irmãs Andressa de dez anos e Adriana de nove não sigam o mesmo caminho da mãe, Maria Sousa de Lima das Graças.

Em setembro de 1990, a mãe dessas meninas procurou a irmã Justina e comunicou-lhe que iria para um garimpo situado nas proximidades do município de Presidente Figueiredo, no Amazonas.

Gostaria que a senhora cuidasse das minhas filhas”, pediu a mãe.



EDVALDA PEREIRA DA SILVA

Ela tem onze anos. Mas já aprendeu as manhas da profissão: não entra na motel ou carro sem receber o dinheiro antes, que é guardado por uma amiga. Não conhece o pai, e sua mãe, que trabalha na zona do meretrício, não se importa com quem e onde ela dorme. Edvalda se acha igual às outras meninas que fazem programa. Com uma diferença: “Eu ainda não tenho peito”.

Semanas depois, numa manhã, um rabecão do Instituto Médico legal parou na frente da casa das meninas. Um homem bateu na porta. Andressa, sonolenta, atendeu. Ele perguntou se ela era filha de Maria Lima. Ela confirmou e o homem lhe pediu que o acompanhasse até a perua.

A cena seguinte foi automática, rápida, rotineira para o homem do rabecão. Puxou o gavetão e perguntou se aquilo que estava lá dentro era sua mãe. Foi assim que Andressa a viu pela última vez. Chorando, saiu em desabalada corrida até o colo da irmã Justina, cuja casa fica a poucos metros da sua.

A história é contada em detalhes pela irmã Justina. Na entrevista com as meninas, evito tocar no assunto. Mas uma delas, Andressa, se adianta e fala da morte da mãe no garimpo. Fico dividido: o repórter

ansioso por detalhes e o cidadão incomodado, disposto a tapar o ouvido.

Andressa tem rosto moreno, cabelo bem liso, enormes olhos negros. Suspeito que ela não tem idéia do tamanho de sua solidão e desamparo. Estou sentado numa mureta, e ela, ao meu lado, não chega à altura de meu ombro. Tenho a impressão de que se lhe pedisse para contar a história do Lobo Mau e do Chapeuzinho Vermelho a entonação seria parecida com a do relato sobre a morte da mãe. A ficção chegou para Andressa antes da realidade.

"Sabe como foi? Minha mãe foi fazer xixi. Quando estava fazendo xixi, veio um homem e enfiou uma faca nela. Aí ela caiu espirrando sangue."

Procuo mais informações com a irmã Justina, e ela transmite a notícia que leu em **A Crítica**, o principal jornal do Amazonas. Na verdade, foi uma briga de mulheres por causa de um homem. No meio da briga, a facada fatal.

A mãe assassinada é mais uma personagem do teatro de sombras, cujo cenário é a rota de migração de meninas e mulheres. Cada um vende que pode. Uma das conseqüências é a gradual desestruturação da família. Casal separado, mãe e pai ausentes, padrastos violentos são relatos constantes nesta viagem.

Não é só o descaso, mas também a violência física e sexual dentro de casa. Andressa, com seus dez anos, pode resumir esse tipo de situação. Estava em casa, deitada na rede. Um tio se deitou a seu lado e, puxando-a para cima de seu corpo, começou a brincar. Os dedos foram descendo e a menina estranhou. Quis sair, mas ele a impediu. Segurou-a pelo braço. Por sorte, outro parente passava por perto, ouviu os gritos e deu uma surra no tio.

Outro tipo comum de violência que acompanha as meninas são os abusos sexuais em família. Francineide Luiza Cavalcanti, de catorze anos, nascida em Boa Vista, capital de Roraima, nos conta a sua história. Amiga de Socorro, Maria e Edvalda, ela percorre com familiaridade as ruas de Manaus. Quando precisa, faz programa.

"Saí de casa por causa de meu padrasto. Toda vez que minha mãe saía, ele tentava me comer. Reclamei pra minha mãe, que não fez nada, vim embora, não volto mais pra casa. Prefiro a rua."

Não é uma escolha fácil. Na rua, ela já foi obrigada a suportar as taras de clientes e os ataques sexuais dos policiais, que se acham no

direito de ter relações sem pagar – a moeda é a chantagem. Praticamente toda menina sofreu abusos de policiais.

Francineide é um exemplo típico da desagregação familiar. Das 53 meninas e adolescentes prostitutas entrevistadas para este livro, nada menos que 95 por cento vêm de famílias desestruturadas. Alguns números: 80 por cento não têm contato com o pai; os pais de 30 por cento das entrevistadas estão mortos; 35 por cento admitem que sofreram tentativas de abuso sexual em casa, apontando o padrasto como principal responsável diante de uma mãe passiva; 50 por cento apontam a bebida como um problema de família.

Esses números devem ser encarados com cautela. A maioria das entrevistadas tem dificuldade de contar detalhes mais íntimos de sua vida sexual e em família. O Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência de Rondônia chegou, porém, a conclusões semelhantes, ao registrar em 1 991 casos de terror doméstico ocorridos no Estado – o trabalho foi realizado a partir de queixas na polícia, o que já é, por definição, impreciso. A maioria não procura a polícia.



FRANCINEIDE LUIZA CAVALCANTI

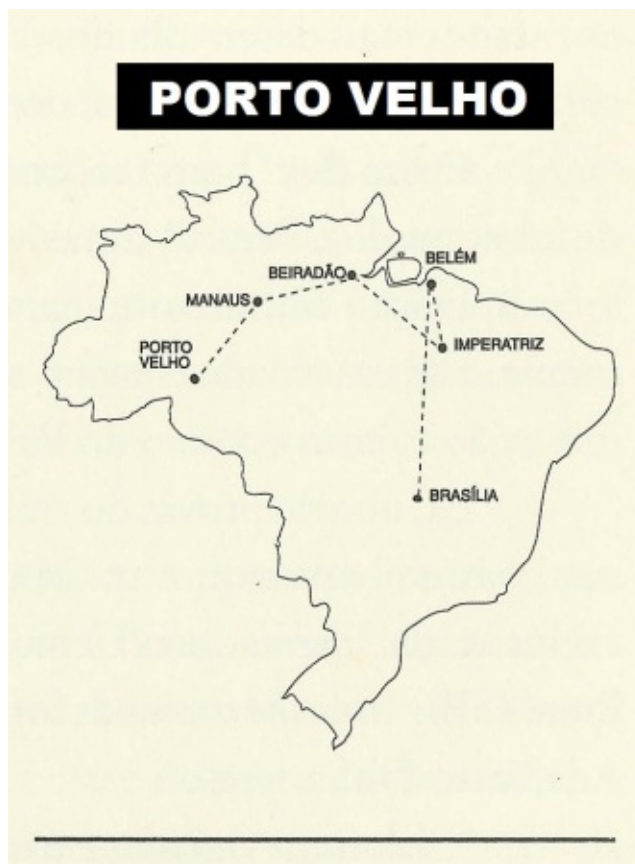
Como a imensa maioria das meninas prostitutas, Francineide é vítima da desestrutura e violência familiar. Saiu de sua casa porque o padrasto tentou violenta-la. "Toda vez que minha mãe saía, ele tentava me comer.

Reclamei

pra minha mãe, ela não fez nada, vim embora, não volto mais. Prefiro a rua”.

De qualquer forma, serve como indicativo da deterioração do núcleo familiar aos olhos da menina. O padrasto está em segundo lugar nos registros de tentativa de homicídio e em primeiro em maus-tratos. Nos crimes sexuais, aparece na primeira posição do item “posse sexual mediante fraude” e em terceiro em “tentativas de estupro” (nesse quesito, ele é destronado pelo cunhado, que alcança o primeiro lugar). No que se refere à sedução, o pai desponta em quarto, e o padrasto, em quinto.

Rondônia é o próximo passo de nossa investigação. Só que estamos mais interessados numa informação colhida no início da pesquisa, em julho do ano passado, que me foi passada pelo CBIA: a de que lá o tráfico de meninas se combina com o tráfico de drogas. O Estado se notabiliza por ser um centro de traficantes, com o envolvimento inclusive de deputados federais.



Encenando entusiasmo, o locutor anuncia: “E agora, senhores, o grande show da noite”. A escassa platéia silencia. Um samba em alto volume sai dos alto-falantes. Uma mulata entra correndo em direção ao topo de uma mesa, cercada por homens extasiados com a perspectiva de nudez total.

Na noite do dia 21, assistimos ao rebolado da mulata – uma cena patética. A platéia se resume a nós e um pequeno grupo de homens bêbados, rodeados de mulheres com ar de tédio. Os garçons estão indiferentes aos seios que balançam. A mesa está bamba, ameaça cair. Um dos espectadores ampara uma de suas bordas com uma das mãos e com a outra alisa as coxas suadas da dançarina.

Terminado o “grande show da noite”, ela sai correndo mais uma para o camarim. Poucas palmas. Os homens voltam a atenção para as prostitutas que os rodeiam. Não encontro ali vestígios dos “bons tempos”, quando o cabaré Opção era badalado pela elite de Rondônia. O ambiente movimentado era decorado não por mulheres mais velhas e entediadas.

Ali desfilavam meninas vindas do “sul” – termo genericamente usado para os Estados mais desenvolvidos. “Meninas do sul” significa gente mais alta, corada e, em especial, loura, contrastando com o tipo físico amazônico.

O fim dos “bons tempos” se deve a uma mulher – uma delegada de menores de Uberaba, uma das principais cidades de Minas Gerais. Foi uma operação fulminante. Sandra Wazir recebeu a informação de que meninas de sua cidade estavam sendo traficadas para Porto Velho. Tomou um avião e, com o apoio da Polícia Federal, invadiu o cabaré.

Lá, obteve provas do tráfico, que passava por Goiânia, de onde as meninas embarcavam num bimotor. A sua cidade não era fornecedora exclusiva da “mercadoria”: competia com Uberlândia (MG) e Ribeirão Preto (SP). Todas as meninas foram resgatadas e o proprietário do Opção, Adalberto Diniz, preso.

“Elas eram vigiadas e não tinham liberdade de locomoção. Foram ludibriadas. Quando chegaram a Porto Velho, souberam que teriam uma dívida a pagar e enquanto não pagassem não poderiam ir embora”, afirma delegada Sandra Wazir.

Foi uma decepção para os homens das famílias mais ricas de Porto Velho. Lamentavam perder o contato com aquelas meninas, que poderiam ser suas por 30 dólares. Nada comparável, porém, ao aborrecimento de Adalberto Diniz. A batida policial descobriu que o Opção não passava de fachada para contrabando e tráfico de drogas.

Em se tratando de Rondônia, nada mais natural; As autoridades policiais desconfiam que boa parte da economia do Estado gire em torno das drogas, enviadas para dentro e fora do país. É motivo de guerras de quadrilhas poderosas, com articulação política.

Até a década de 70, Porto Velho era um pacato município perdido na selva amazônica, conhecido mais por ser uma das paradas de uma estrada de ferro que deveria ligar o Brasil à Bolívia, num tratado firmado depois que o Acre foi anexado ao território brasileiro. E a ferrovia Madeira – Mamoré, construída pelos ingleses com a ajuda de trabalhadores da ilha de Barbados.

Nas proximidades do rio que passa por Porto Velho está exposta a primeira Maria Fumaça. Nas cercanias de seus trilhos, vivem negros barbadianos, ligados ainda hoje a seus costumes.

O perfil do Estado mudou com a onda dos militares de povoarem a

Amazônia – havia e há nas Forças Armadas o temor de internacionalização dessa região. Com estímulos financeiros, Rondônia transformou-se numa nova fronteira agrícola, atraindo colonos do Rio Grande do Sul e, em particular, do Paraná. Juntaram-se a esse burburinho humano os garimpeiros e, depois, as drogas, estimuladas pela proximidade com a Bolívia.

O Estado tornou-se então um centro importador de meninas. Mas, com o tempo, as autoridades foram percebendo uma relação estreita entre prostituição infantil e tráfico de drogas. Muitas delas são viciadas em “mela”, uma espécie de crack preparado à base de pasta de cocaína.

Responsável pelo departamento de crianças e adolescentes da Polícia Militar de Rondônia, o capitão Luiz Cláudio Azambuja revela:

“As meninas são usadas como formiguinhas. Elas entregam as drogas para proteger os adultos”.

A droga é um mecanismo de escravidão administrado pelo cafetão. Ele garante o vício da menina. Para sustenta-lo, ela serve como “formiguinha” e prostituta, tentando saldar sua eterna dívida. Tal esquema é ainda mais sólido e protegido contra eventuais ofensivas policiais na região do garimpo, centro de atração de meninas.

“É uma relação desigual. Eles estão mais armados do que nós, têm mais homens e pistoleiros. Dar uma batida em certas áreas de garimpo traz uma boa chance de não se voltar vivo”, constata Azambuja.

Durante a visita a Rondônia, os jornais divulgam notícias sobre uma operação realizada no Pará, que mostra com precisão o mundo particular do garimpo, muitas vezes inacessível. São necessários duzentos homens da Polícia Militar para invadir a região do Castelo dos Sonhos, em Altamira. Eles estão atrás de Márcio Rambo, dono dos garimpos e acusado de mais variadas atrocidades, que vão desde o tráfico de meninas, passando por trabalho escravo, até o assassinato frio de garimpeiros que ousaram entrar em suas terras.

Um detalhe interessa em particular os habitantes de Rondônia. Marcio Rambo era de envolvimento no assassinato do senador Olavo Pires, que em 1990 despontava como virtual governador. A polícia suspeita que, por trás da disputa política, esteja a luta pelo controle do tráfico de drogas no Estado. Agora tornou-se difícil verificar o envolvimento Rambo. Ele não escapou com vida da operação: morreu com uma metralhadora na mão.

Conversas com policiais e funcionários do CBIA revelam que essa rota que mistura meninas a drogas passa pelo Acre. São tantas as prostitutas procedentes desse Estado, que a expressão “mulher acreana” soa pejorativo em Rondônia. No dia 25, chegamos em Rio Branco, a capital, e, em poucas horas, vasculhando arquivos de jornais, constatamos que o tráfico de meninas é encarado com naturalidade.

Os arquivos estão repletos de casos de garotas que chegam a Porto Velho pelas mãos dos caminhoneiros. Há uma foto estampada na primeira página de um jornal, em que crianças pedem carona na estrada com destino a Rondônia. Tantos são os relatos que as mães vivem em estado de alerta, temendo o sumiço das filhas. Segundo uma informação num bairro da periferia, seria possível encontrar uma mãe que, por segundos, evitou que a filha fosse parar em Porto Velho.

Fazemos a via-crucis de delegacia em delegacia à procura de informações que possam revelar o paradeiro da mãe que havia dado queixa na polícia. Depois de vários quilômetros de ruas esburacadas, encontramos Maria Luiza, a filha de doze anos. E uma menina calada e, durante o trajeto até a casa de sua mãe, mantém um semblante sério.

E um percurso bem mais árduo do que os caminhos de Laranjal do Jari. As passarelas são mais estreitas e há trechos em que faltam ripas, por onde se vislumbra uma água barrenta. Para Maria Luiza, um caminho familiar. Ela só abandona o silêncio circunspecto quando eu escorrego, caio na água e fico gritando à procura do meu diário de viagem, onde estão todas as anotações. Entro em pânico. Ato contínuo, vou para a água e começo a garimpar meu tesouro perdido. Sem ele, jamais poderia reproduzir com fidelidade todos os nomes, números, entrevistas.

Enquanto berro “sumiu meu caderno”, Maria Luiza sorri, divertindo-se. E de fato uma cena hilariante: um marmanjo de óculos enlameados, com água pelos joelhos, revirando a lama, desesperado. Por sorte, o diário ficou preso numa madeira, o que não chegou a causar sérios prejuízos.

Mais calmo, peguei-o e agarrei-o com a força de quem recupera um bilhete premiado de loteria jogado no lixo. Durante o resto do Caminho até a casa, me lembro de minhas terríveis aulas de português, nas quais era obrigado a fazer análises gramaticais de **Os Lusíadas**, de Camões. Um suplício. Minha raiva aumentou quando a professora disse que Camões viajava e naufragou com os originais. Mas ele se salvou

agarrando as folhas com uma das mãos e nadando com a outra.

Nos meus tempos de adolescente, quando ainda existia ginásio, não me conformava com aquele destino de **Os Lusíadas** – por tão pouco, não seria obrigado a enfrentar as frases complicadas. Não entendia a perseverança de Camões. Hoje, nas devidas e óbvias proporções, compreendo o escritor português, depois de minha experiência, enlameado num bairro da periferia de Rio Branco no garimpo alucinado de minhas anotações.

A No resto do trajeto, concentrei toda a minha atenção nas ripas e nos meus pés. O mais irônico de tudo é que, momentos antes da queda, perguntei a Maria Luiza se ninguém caía naquele trecho, e ela havia respondido: “Não”. Raimunda, a mãe de Maria Luiza, nos recebe com simpatia, despertada talvez pelo estado calamitoso de minhas roupas.

Sentamo-nos na sala, que é ao mesmo tempo quarto. Em seu silêncio habitual, Maria Luiza ouve a conversa. Raimunda conta que, em dezembro de 1991, chegou em casa e não encontrou a filha. Saiu procurando por ela e não a achou. Pediu ajuda às vizinhas – uma delas a advertiu de ter ouvido uma conversa de que um homem a levaria para Porto Velho.

Raimunda correu para a delegacia mais próxima, deu queixa e, naquele exato momento, policiais seguiram em direção ao rio.

“Ela já estava quase atravessando”, lembra a mãe.

Quero conhecer a versão de Maria Luiza, que minimiza:

“Só ia passear. Só isso”.



MARIA LUIZA DA SILVA

Quando a mãe Raimunda (na janela) chegou em casa e não encontrou a filha, logo pensou que Maria Luiza podia ser mais uma vítima do tráfico tão comum em Rio Branco – de lá as meninas seguem para Porto Velho. Foi à delegacia e, por pouco, não a perdeu. Os policiais a encontraram quase cruzando o rio. Não podia passar pela cabeça de Maria Luiza, doze anos, o que acontecia: “só ia passear. Só isso.”

A história do tráfico é também a da ingenuidade. E no Acre nos deparamos com uma das maiores vítimas da ingenuidade: as meninas índias, que na tribo nunca conheceram a curra, o estupro, doenças venéreas e, muito menos, a prostituição. São todas doenças do homem branco.



As índias olhavam intrigadas aqueles olhos verdes – olhavam e sentiam medo. achavam que era assombração. Afinal, nunca tinham visto um ser humano de olhos verdes. Depois se acostumaram com o médico Marcos Pellegrini, formado na Escola Paulista de Medicina, o primeiro homem branco a fazer contato, em 1986, com uma tribo da nação ianomami, na região do Moxafe, em Roraima. Para chegar até lá, ele enfrentou sete dias de viagem, três deles a pé, no meio da selva.

Durante vários meses conviveu com a tribo, aprendendo seus costumes, que até então não tinham sido contaminados pela “civilização”. Era uma sociedade harmônica – sem epidemias ou falta de alimentos. A caça, a pesca e a produção agrícola eram suficientes para todos. Mas depois de Marcos, com seus olhos verdes, viriam milhares de homens brancos com dragas, revólveres e mercúrio. Foi a invasão dos garimpeiros na rota do ouro.

Em 1991, Marcos, médico da Fundação Nacional de Saúde e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), voltou para a tribo. Não gostou do que viu e ouviu. Seus olhos verdes e cabelos loiros já não

impressionavam as índias. Algumas delas tinham outra espécie de interesse ofereceram-se a ele em troca de favores. A saúde da tribo se deteriorou: ele constatou a infiltração de uma série de doenças. Entre elas, a gonorréia.

No reencontro com a tribo, uma índia mais velha lhe fez uma pergunta que, à primeira vista, soou estranha:

"Não existe mulher branca?"

Depois ele entendeu. Aquelas mulheres só conheciam homens; eram soldados ou garimpeiros, os quais representavam invasão e doenças. Não vinham com suas mulheres e aproveitavam as índias. O sexo, tão natural entre a comunidade, virou produto com valor de troca – e, assim, introduziu-se a prostituição na tribo, paga com cachaça, remédios, roupas, comida. Até porque eles pararam de plantar e precisavam de alimentos.

Numa mesa de bar em Rio Branco, na manhã do dia 25, um sábado. Marcos relembra suas experiências, intercaladas com goles de cerveja gelada. Estamos acompanhados de dois guias índios: Tunumã (José Correa da Silva), um dos coordenadores da União das Nações Indígenas (UNI), membro da nação jaminauá, e Marinês Apurinã, do povo apurinã.

Atualmente Marcos presta assistência a tribos nas áreas do alto Purus, no Acre, onde também constata o abuso sexual de meninas e mulheres índias – em especial, pelos “marreteiros”, comerciantes que viajam de barco, vendendo produtos. Sempre levam cachaça na bagagem, com que pagam o sexo.

Marinês testemunhou essa troca. Ela é funcionária da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e, no ano anterior, partira com uma equipe de agentes para a região da Boca do Acre, alto Purus. Lá entraram em contato com a tribo jamamadi, onde passariam a noite. O chefe da equipe era Antônio Valcir, que resolveu negociar com o cacique.

“Ele embebedou o cacique. E depois disse que daria mais uma garrafa se pudesse dormir com duas meninas da tribo. O cacique concordou.”

Do bar, onde ouvimos o relato de Marcos, José Correa nos leva para conhecer uma prova viva desse tipo de troca. Ele serve de tradutor para que entrevistemos o ex-cacique Raiaou, que mora na reserva indígena de São Lourenço, município de Assis Brasil. Ele passa alguns dias em Rio Branco; breve, voltará para a sua tribo.

Na língua jaminauá, Raiaou confessa estar preso à cachaça introduzida pelos marreteiros. Certa vez, um deles pediu para dormir com sua filha em troca de doze garrafas. Negócio feito. O ex-cacique só não gostou quando pediram sua mulher.

“Aí eu disse, me respeita, seu filho da puta”, afirma, repetindo o gesto que teria feito com o braço. A expressão “filho da puta” não é dita em jaminauá, mas em português.

Nessa mesma manhã, em Rio Branco, conversamos com Antônio Apurinã, principal dirigente da UNI:

“A prostituição na área indígena é alarmante”, diz ele, lembrando que tem tentado junto à Funai impedir a entrada de marreteiros nas tribos.

Segundo Apurinã, a história se repete: a menina índia vem para a cidade. Não tem estudo e, se não consegue trabalho como doméstica, está no caminho da zona de prostituição. Não raro, se entrega ao vício da bebida.

“É uma indefesa diante do branco. Não sabe o que é doença venérea, nem como evitar filhos”, lamenta.

Durante a passagem por Rio Branco, descobrimos que várias famílias jaminauás vagam pela cidade. Uma equipe de repórteres de televisão aproximou-se delas atrás de depoimentos. Ficaram surpresos quando as meninas ofereceram insistentemente os corpos em troca de um pouco de comida ou dinheiro.

Em todas as capitais por onde passamos sempre esbarramos em informações sobre a prostituição de índias, muitas das quais acabam entrando na rota do tráfico. Em Manaus, conversamos com o coordenador do Cimi, Michael Feeney, acompanhado dos índios Sebastião Manchineri e Orlandino Melqueiro.

Segundo eles, não são apenas os “marreteiros” os responsáveis pelo ataque às mulheres e meninas, mas também os soldados, espalhados pelos quartéis da Amazônia.

“Todos nós sabemos que os soldados davam geral nas meninas índias”, diz Melqueiro. “Geral” é expressão que designa curra. Melqueiro serviu no exército, onde ouvia frases do tipo: “Você precisa aprender a ser gente”.

A mesma informação me foi transmitida pelo médico e antropólogo Antônio Maria de Souza, pesquisador do Museu Emílio Goeldi, de Belém.

Ele passou boa parte da vida visitando as tribos da Amazônia, especialmente em São Gabriel da Cachoeira, no alto Rio Negro, caminho da rodovia Perimetral Norte e onde o Exército instalou um quartel.

"Só íamos descobrir que as meninas estavam contaminadas com gonorreia e outras doenças venéreas na hora do parto", conta Antônio Maria, especialista em antropologia da saúde.

Ele obteve dezenas de depoimentos sobre curras de meninas praticadas por soldados. Suas observações realizadas em São Gabriel da Cachoeira vão ser contadas num livro, ainda no prelo, intitulado **Kariwa Retewa Kariwa Nungara** (Branco Verdadeiro Branco Falso).

Um fato comum até bem pouco tempo era um grupo de homens (em geral, recrutas de folga) pegarem uma indígena, geralmente jovem, arrastarem para um lugar ermo e praticarem "a geral", ou seja, uma curra. Esses fatos se repetiram inúmeras vezes, apesar de algumas punições aos agressores. Comenta-se na cidade que elas gostam disso.

Em seu livro, o antropólogo anexa documento escrito pelo índio tucano Gabriel Gentil, testemunha de uma geral.

Eu vi com meus olhos como uma mocinha chamada Larita, de 18 anos de idade, foi agarrada por 11 recrutas brancos do Exército. Eu os vi trepando em cima dela e se satisfazendo no corpo da moça durante a noite: desde às 8hs até as 3hs da madrugada.

O comandante do 5º Batalhão Especial de Fronteiras do Exército de São Gabriel da Cachoeira, coronel Francisco Abrão, não aprecia esse tipo de acusação a seus soldados.

"E as índias que tentam estuprar meus soldados quando estão no cio. Eu tenho que segurar meus soldados, porque eles não podem se aproveitar dessa deficiência."

Por trás das asneiras do coronel, esconde-se uma verdade: o desprezo pelo indígena, comparado, no caso, ao animal no cio. Antropólogos dizem que os próprios índios incorporam o sentimento de inferioridade, e muitas vezes a menina ou mulher índia sente-se superior ao ser aceita na cama do homem branco. O próprio tipo físico do índio

passa a ser questionado e mesmo desprezado.

O padre Carlos Zacquini, que mora entre povos ianomamis, surpreendeu-se certa vez quando duas índias se aproximaram com uma proposta:

“O senhor não quer dormir com a gente?”, indagou uma delas.

Zacquini quis saber a razão desse súbito interesse:

“É que a gente nunca dormiu com homem com pêlo”.

Investigar a prostituição infantil e suas rotas é descobrir as mais variadas formas de autodesprezo. O próximo destino é Cuiabá, capital do Mato Grosso, e, de lá, para as regiões onde o tráfico se mistura com escravidão.

Cuiabá apresenta exemplos típicos de meninas que são desprezadas e se desprezam. Para elas, a falta de auto-estima é mais uma justificativa para que não tentem ou não sintam forças para procurar alternativas à prostituição. É mais fácil entender por que esses seres se sujeitam a tantas humilhações – muitas delas dizem, em palavras e frases cifradas, que não merecem vida melhor. Apesar de sonharem com uma família, filhos, casa, trabalho.



Os homens que freqüentavam a boate Beija-Flor, em Cachimbo, sul do Pará, próximo ao limite com Mato Grosso, adoravam fazer apostas com meninas. Rosinete Miranda Pereira, então com treze anos, ganhou várias vezes a “aposta do peitinho”, assim foi batizada pelos garimpeiros.

O jogo é simples. Assim que novas meninas chegavam à boate, apostava-se naquela que teria os seios mais rijos. Dinheiro na mesa, elas levantavam a blusa para que os seios passassem por um exame meticuloso por parte dos jogadores. Isso não era tudo. Rosinete recorda-se de torneios mais incômodos do que o simples levantar da blusa:

"Eles apostavam quem conseguia transar mais tempo sem sair de cima da gente".

Cansada da violência, Rosinete fugiu da Beija-Flor sem pagar a dívida, deixando retidas cinco amigas. Pegou carona com um caminhoneiro, pagando a ajuda da maneira habitual. Foi para Cuiabá, capital do Mato Grosso, onde a encontramos na tarde do dia 26, um domingo, poucas horas depois de nossa chegada de Rio Branco.

O cenário da entrevista é a Praça do Porto, zona do baixo meretrício por onde chegam as embarcações pelo rio Cuiabá – por sinal,

uma das rotas do tráfico de drogas, enviadas da Bolívia, passando por Corumbá. Ao nosso redor, camelôs, bêbados, estridentes pregadores religiosos ao microfone, meninas prostitutas com pouca roupa. Levado pela intensa fumaça, um cheiro de carne assada em churrasqueiras portáteis se esparrama pela praça.

"O garimpo é muito duro. Se não tiver jogo de cintura, a mulher morre, é esfaqueada. Se irritar o homem, tá no risco. Depois enterra por lá mesmo e ninguém fica sabendo."

Rosinete está ressabiada, desconfiada do meu interesse. Não se esqueceu da notícia publicada com destaque num jornal de Mato Grosso, Alardeando que as meninas da Praça do Porto estavam contaminadas com Aids. A notícia teve sérias consequências: fregueses prometeram mata-las se pegassem Aids. Furiosa com o jornal, resolveu fazer um exame, que carrega no bolso e, na dúvida, exhibe ao freguês.

As informações só fluem porque nossa guia é a freira Dineva Vanuzzi, do Centro de Defesa do Menor. Dineva é outra pessoa que, se não existisse, só um cineasta ou romancista poderia criá-la. Professora aposentada da Faculdade de Pedagogia do Mato Grosso, ela se dedica à educação dos meninos de rua e ao combate das arbitrariedades.

Bonachona, falante, sempre tem um caso a contar – faz da sua vida a defesa dos direitos das crianças, as quais ampara nos lugares mais distantes e mesmo perigosos. Em 1991, assumiu o papel de detetive particular e realizou uma investigação capaz de fazer inveja a policiais e repórteres experientes e mesmo renomados.

O adolescente Mauro Martins Solano foi preso pela polícia em 22 de setembro de 1991. Na noite desse dia, morreu. Segundo o laudo médico, foi vítima de "asfixia mecânica provocada por afogamento". Ou seja, morreu afogado.

A irmã Dineva abriu um inquérito paralelo, desafiando todo o esquema policial do Estado. Pelos jornais, ela acusava o secretário de Segurança, Oscar Travassos. Disse que durante sua administração, entre 1983 e 1987, ele teria articulado um grupo de extermínio, composto por policiais, conhecidos por "toalhas azuis" - depois que fuzilavam as vítimas, cobriam-nas com uma toalha azul.

Em meio à repercussão sobre a morte de Mauro, Dineva obteve uma informação de meninos de rua, segundo a qual os policiais tinham um local exclusivo para tortura-los, apelidado de "Canibal". Mas os

sobreviventes não sabiam chegar lá, pois eram levados com vendas nos Olhos. Pediu inúmeros detalhes sobre quanto tempo tinham demorado até Chegar lá, se recordavam de curvas no caminho, se a estrada estava esburacada, se sentiram cheiro de flores ou frutas, se notaram elevação ou declive.

De tanto insistir, descobriu o “Canibal”, localizado à beira do rio; em ali que os policiais da delegacia do bairro de periferia de Santa Isabel torturavam crianças e adolescentes. Dineva articulou-se com entidades no Exterior e a Anistia Internacional apadrinhou o caso – dezenas de telegramas de todas as partes do mundo chegavam à mesa do governador Jaime Campos exigindo providências. Pressionada, a polícia achou a redes, de responsáveis, decretando sua prisão. Durante as investigações, surgiram revelações escabrosas sobre o caso Mauro. Descobriu-se que ele fora torturado durante oito horas no “Canibal”. O sadismo chegou a tal ponto que as cenas foram testemunhadas por sua namorada, Nailde Rodrigues de Almeida, que, presa, só conseguia gritar.

Alguns dos meninos que ajudaram a freira-detetive têm a Praça do Porto como um de seus principais pontos de encontro. São amigos ou namorados das garotas que Dineva reúne para nos dar depoimentos. Pelo nosso banco de cimento desfila uma sucessão de testemunhas que compõem o perfil do autodesprezo. Fácil entender: para a imensa maioria delas, viver é ser rejeitada e estigmatizada, um processo que se inicia dentro da própria família. O alcoolismo e, principalmente, as drogas, tão comuns nesse meio, apenas reforçam essas marcas.



ROSINETE MIRANDA PEREIRA

Na boate em que Rosinete trabalhava, os garimpeiros adoravam apostar na menina que teria o peito mais rijo. Era a “aposta do peitinho”. Disputavam também quem conseguia transar por mais tempo sem sair de cima da menina. Rosinete não aguentou e fugiu – era muita violência. Ela ficou irritada com a acusação de que as meninas da Praça do Porto tinham Aids. Agora só anda com um certificado medido no bolso.

Esta foi uma das primeiras frases de Cleuza Santos de Jesus, de dezessete anos, chamada por todos de “Neguinha”:

“Já fui gente, hoje não sou mais ninguém”.

Seu padrasto bebia – e muito. Quando se embriagava, tornava-se violento. Tentava transar com a filha adotiva; Ela saiu de casa e prosseguiu sua maratona de rejeições. Meteu-se em vários garimpos, virou escrava. Foi aliciada com falsas promessas, mas não conseguiu mais abandonar a prostituição. Engravidou, deu o filho, ignora seu paradeiro.

“Só sei que deve estar vivendo muito melhor com os outros do que estaria comigo.”

Em seguida, aproxima-se Cacilda Duarte, de dezesseis anos. Mais

um exemplo de autodesprezo. Como a maioria das meninas, quer mudar de vida e sair da rua, onde os esquemas de poder são implacáveis e perversos.

"Queria ter um filho, mas não tenho nada que oferecer. Nem sei se algum dia vou ter. Acho que não."

Um vestido curto e justo deixa à mostra uma série de tatuagens. Uma delas, na coxa direita, permite adivinhar, pelas linhas que se vislumbram, que a figura prossegue para cima. Ela conta que tentou trabalhar, mas que nunca consegue ficar por muito tempo num emprego. Pergunto-lhe a razão, e ela, séria, enfatiza:

"Acho que é por causa de minhas tatuagens. E pior é que não dá pra tirar mais. Se eu não tivesse elas acho que tudo ia ser melhor".

A tatuagem é, na Verdade, um escape, a forma encontrada para justificar a marginalização – e ela me abre mais uma porta de percepção nessa viagem. A dificuldade que elas têm de manter relações duradouras. Tudo é provisório: os amigos, as amigas, o lugar onde vivem, os fregueses, os policiais que as oprimem na rua, trocando a liberdade pelo sexo. É a sensação de que jamais serão aceitas num ambiente estável.

O namoro de Cacilda e Paulo César Rodrigues, por quem se diz apaixonada, é difícil. Preso por tráfico de entorpecentes, ele não sabe como ou quando vai sair da prisão. Descubro que parte dos rendimentos dela na rua é transferida para o namorado, reproduzindo a relação prostituta/cafetão.

Orientadas pela psicóloga Katia Marques, alunas da Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Mato Grosso fizeram uma pesquisa com as garotas da Praça do Porto. E encontraram os padrões familiares que se compõem naquele submundo e as dificuldades que elas têm de assumir um caso amoroso mais sólido. Um exemplo típico pode ser resumido na história de Cacilda. A regra do jogo é usar ou ser usado, aproveitar ou ser aproveitado.

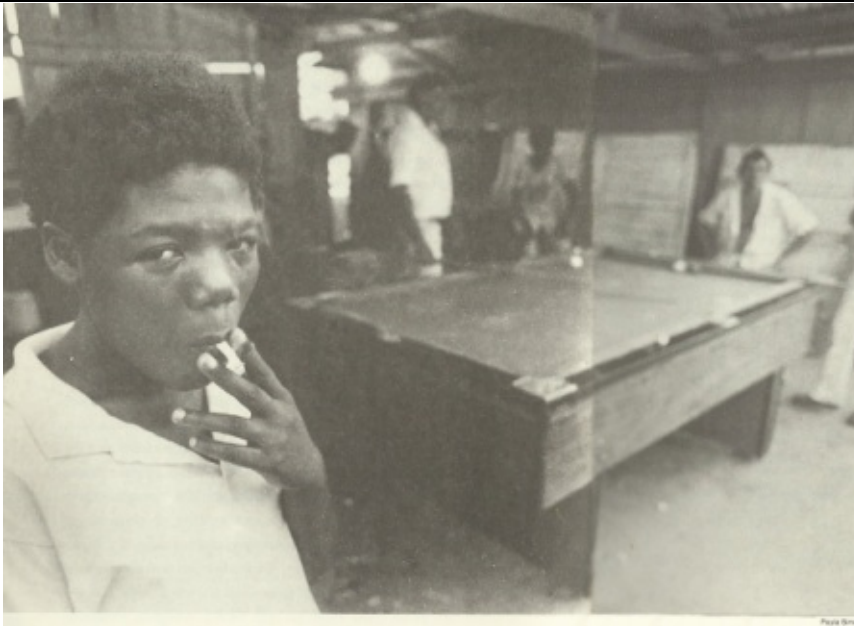
Dora, de catorze anos, é natural de Manaus e, através da rota do tráfico de meninas, acabou nos garimpos de Mato Grosso. Fugiu e parou na Praça do Porto. Uma de suas frases mostra com nitidez o pragmatismo frio desse comércio.

"Comigo é assim: dinheiro na mão, calcinha no chão."

As pesquisadoras extraíram de Dora uma história semelhante à de Cacilda:

“Uma vez perdi meu filho porque estava amigada com um japonês. Não sabia que ele era traficante. A polícia chegou no garimpo e espancou as pessoas que estavam lá, inclusive eu, que estava grávida de seis meses. Passei mal e fiquei internada quase uma semana, quase morri.

Depois corri de lá e acabei chegando a Cuiabá. Aqui também não tenho condições de ficar, já estou indo embora porque tenho medo que a polícia me pegue”.



CLEUZA SANTOS DE JESUS

Teve um filho, mas deu. Não sabe onde ele mora. "Só sei que deve estar vivendo muito melhor com os outros do que estaria comigo." Cleuza saiu de casa porque o padrasto, além ele bater quando bebia, queria seu corpo. Aliciada por falsas promessas, prostituiu-se no garimpo. "Já fui gente, hoje não sou mais ninguém."



CACILDA DUARTE

Ela quer mudar de vida, ter uma família. Mais do que um marido, quer um filho. “Mas não tenho nada a oferecer. Nem sei se algum dia vou ter. Acho que não.” Ela está à procura de um emprego, mas não consegue se adaptar a essa vida. Imagina que já descobriu o culpado de tudo: as suas tatuagens espalhadas pelo corpo.

As alunas de pedagogia penetraram numa área mais nebulosa desse submundo dos relacionamentos inviáveis: os efeitos psicológicos do sentimento de rejeição. A primeira vez que tomei contato com o assunto foi em janeiro de 1990, quando viajei pelo país à cata de informações sobre assassinato de crianças para o livro **A Guerra dos Meninos** (São Paulo, Brasiliense, 1990). Em conversas com educadores e com a psicóloga Ana Vasconcelos, da Casa da Passagem, em Recife, soube como era comum elas tentarem o suicídio, cortando os pulsos ou tomando doses excessivas de remédio.

Não são, porém, tentativas reais de morte. Muitas vezes, elas as cometem na frente ou próximo a outras pessoas, para que possam ser salvas”. “Elas estão pedindo socorro e atenção”, explica Ana Vasconcelos. por sinal, na Casa da Passagem, foi concebida uma das frases mais perfeitas para definir a profundidade das cicatrizes da

prostituição infantil. Depois contar sua história, uma malha de traumas e frustrações costurados com violência, uma menina perguntou: “É possível nascer de novo?”

A mutilação passa a ser um mecanismo para atrair um colo qualquer – em nossa viagem, volto a ver como o fenômeno da autopunição é recorrente. As alunas da psicóloga Katia Marques tiveram a mesma impressão, como revela seu relatório:

Quando a menina gosta de um garoto, ele se torna seu gigolô, repartindo tudo o que ganha. No entanto, elas não sabem lidar com a frustração, quando gostam e são desprezadas. Por esse motivo, vão até a flagelação. Tornam-se totalmente masoquistas.

Mas quem conhece de fato os bastidores e os esquemas de poder daquela praça é o educador de rua Carlos Alberto Caetano, que me é apresentado pela irmã Dineva na manhã do dia seguinte à nossa chegada a Cuiabá – mais uma vez, voltamos ao cenário decadente da Praça do Porto. Há dois anos envolvido com aquele cenário e seus personagens, ele não tardou a perceber o medo que as meninas sentem em relação à frustração do relacionamento.

“Logo que iniciei meu trabalho com elas, vi que as mais velhas ensinavam para as mais novas os perigos da paixão. Contavam sempre a história de uma menina daqui que namorava um rapaz e gostava muito dele. Um dia, ele não quis mais porque conheceu uma garota mais nova e mais bonitinha. Desesperada, ela se atirou debaixo de uma carreta em movimento.”

“Carlão”, como é conhecido, quis saber porque as mais velhas contavam essas histórias às novas. Uma delas respondeu: “É pra aprender a não gostar de ninguém”. Ele percebeu que, em função desse medo, criou-se uma cumplicidade entre elas – uma divisão das conquistas amorosas e das respectivas perdas. Agem como se acreditassem ser perigoso ter esperança e ilusão.

“Elas namoram os garotos daqui. Quando suspeitam que estão gostando, basta só a suspeita, então se esforçam para parar. É normal que troquem de namorados com as outras meninas e fica uma rotatividade intensa.”

Diante desse quadro, pode-se perceber o desafio de Carlão para

ganhar a confiança das meninas. Ele ultrapassou as barreiras da desconfiança e submeteu-se aos mais variados e inusitados testes.

“Elas viviam me cantando, pediam pra transar comigo. Várias vezes tiravam a roupa. Eu recusava. Elas me chamavam de veado. Mas eu argumentava que só poderia transar se eu tivesse um sentimento diferente e não queria explorá-las. Tive de convencê-las, o que não foi fácil, que não estava ali para transar ou explorar seu sexo.”

Superadas algumas barreiras, foi mais fácil conhecer os mistérios e segredos do dia-a-dia delas. Observou várias formas de exploração: a mais velha subjuga a mais nova, o namorado tira “renda” de sua parceira momentânea, as mulheres que vêm à praça à procura de “mão-de-obra” para seus prostíbulos, “dando” roupas, perfumes e, se for o caso, brinquedos.

Com o tempo, notou que, em determinadas épocas do ano, as meninas sumiam da praça. A princípio, não entendeu. Sumiam durante vários meses, e depois voltavam. Procurando uma resposta para esse movimento, acabou se deparando com o tráfico de prostitutas. Elas desapareciam quando acabava o período das chuvas e o garimpo aumentava a produção – os intermediários vinham, então, em busca de garotas para trabalhar nas boates. Quando as chuvas voltavam, muitas delas retornavam à praça.

Carlão descobriu como funciona o mecanismo da escravidão através da dívida – muitas não retornavam porque não tinham saldado débito. Outras só voltaram através da fuga. Conheceu diversas formas de aliciamento. Alguns aliciadores namoram as garotas, ganham sua confiança e, depois, as vendem, na região do garimpo. Mas, no início, teve dificuldades de obter informações.

“Elas têm medo de falar porque muitos cafetões são ligados ao tráfico de drogas e têm o hábito de mandar matar quem fala coisas.”

Nos esquemas de poder daquela praça, não são apenas os delinquentes que representam ameaça – há também os policiais. Existem fartos relatos de manipulação de meninas por parte de policiais. Mas nem sempre o policial é visto como violentador. Carlão notou que algumas meninas se esforçam em tê-los com fregueses gratuitos:

“Transar com um policial pode ser sinônimo de garantia de liberdade e de aceitação da sociedade “boa”.”

Durante a conversa, a irmã Dineva apresenta um exemplo da

crueldade dos esquemas de poder: Jociane Silva dos Santos. Tem apenas nove anos. Não tem pais. A mãe já havia morrido quando o pai faleceu, no Natal de 1991. À noite, dorme numa casa para crianças carentes do governo do Mato Grosso. Uma casa não muito segura, aliás: aliciadores ficam de plantão na frente da casa, aguardando-as com convites de proteção e dinheiro”. De dia, ela perambula pela praça.

Os educadores de rua e a irmã Dineva estão preocupados com Jociane. Ela já anda na companhia de uma garota maior que resolveu apadrinhá-la”. Ou seja, está no limite para entrar no “mercado”, negociando o que carrega de mais valor: a virgindade, produto de alta cotação.

“Não sei por quanto tempo vamos manter o controle”, lamenta a freira, enquanto aponta a menina que apadrinhou Jociane.

Jociane aproxima-se de nós. Faço as perguntas habituais: nome do pai, da mãe, local de nascimento, de trabalho, lembranças da infância, percepção da violência, a sensação de andar entre aquelas meninas. Pergunto-lhe se sabe o que é Aids. Ela diz que sabe. Insisto: “Então o que é?”

“É uma doença que vem do rio. Pediram pra gente não tomar água por causa da Aids”, responde.

Confundir Aids com cólera é um retrato irretocável do despreparo com que meninas como Jociane encenaram não apenas o sexo, mas a vida, colecionando traumas atrás de traumas, rejeição atrás de rejeição. Pelas mãos de Dineva, embarcamos num avião para Alta Floresta, um município ao norte do Mato Grosso, onde ela passou várias semanas numa creche de garotas abandonadas – uma região de entroncamento de projetos de colonização e garimpo. Ou seja, mais uma terra de aventureiros.

Ela vai nos apresentar a um trauma que ameaça crianças como Jociane: o trauma do primeiro ato sexual. A virgindade arrancada na marra ou na esperteza.



JOCIANE SILVA DOS SANTOS

Ela esta sozinha. Seus pais estão mortos. Circula pela praça com outras meninas, que a estão ensinando a "cair na vida". Para ela, "Aids e' uma doença que vem da água". Aos nove anos, ainda não sabe a diferença entre Aids e cólera.



Aos onze anos, Maria Aparecida da Silva viu a chance de realizar um sonho: ganhar um boneca bonita, daquelas que permitem a troca de roupas. Bastava subir na garupa de uma bicicleta – o homem, bem mais velho, prometeu satisfazer seu desejo desde que aceitasse algumas brincadeiras. Ao voltar para casa, não havia recebido o presente prometido. Além da frustração, carregava um segredo: tinha perdido a virgindade.

Outro homem tomou conhecimento da decepção de Maria Aparecida. Prometeu: tudo daria certo desta vez. Ganharia a boneca. Pela segunda vez ela se entregou e, pela segunda vez, nada recebeu. Maria Aparecida, Cidinha, morava no Garimpo do Rato, no norte de Mato Grosso. Perdeu os pais e acabou em Alta Floresta, numa creche cuidada pela irmã Maria Aparecida Zeferina, uma salesiana que passou boa parte de seu tempo entre índios e, agora, se dedica a meninas desamparadas.

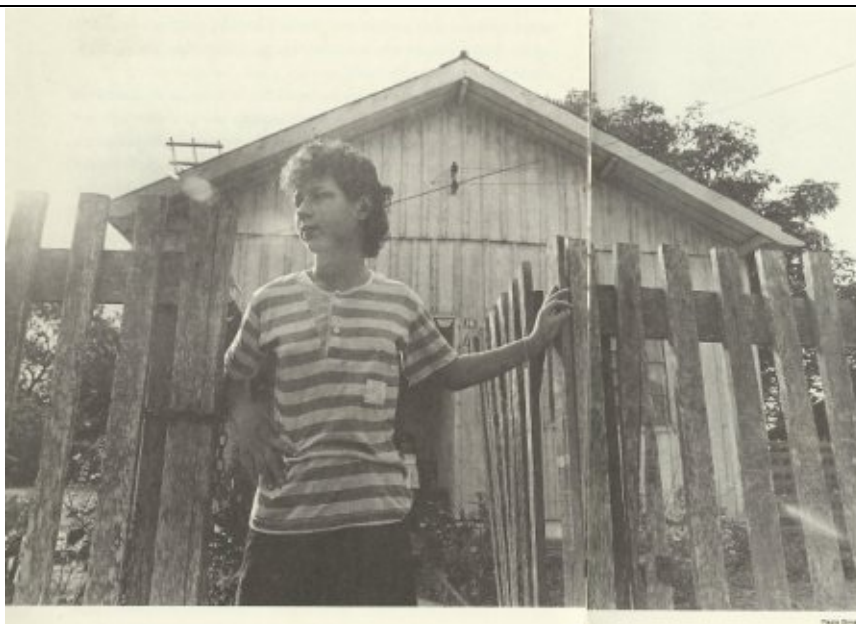
À creche da irmã Zeferina chegam as meninas que já não têm a quem apelar – é o último refúgio. São meninas como Luciana Fátima Pinheiro, que, revoltada com o fato de a mãe levar homens para casa, resolveu ir embora. Para sobreviver, foi obrigada a fazer aquilo que condenava na mãe.

Cidinha não gosta de contar sua história; confia suas revelações à irmã Dineva e à irmã Zeferina. Quando chegou à creche, estava abatida, deprimida. Não saía da frente da televisão. Ficava em silêncio e chorava

muito.

“Quero morrer, a vida é muito ruim”, repetia ela.

Na tarde do dia 27, Cidinha mostra um aspecto melhor. Está sorridente. Foi adotada por uma família de Alta Floresta, onde não lhe falta nada. Nem bonecas. A irmã Zeferina lembra-se de quando ela acordava no meio da noite, suando, pedindo ajuda.



MARIA APARECIDA DA SILVA

Quando completou onze anos, ela queria ganhar uma boneca bonita. Não uma de pano ou de plástico. Um homem prometeu a boneca. Ela subiu na garupa de sua bicicleta. Ele disse que trocaria o sonho pela virgindade. Ato consumado, não viu a cara da boneca. Abandonada, acabou numa creche. Nos primeiros dias, deprimida, chorava e repetia que queria morrer. Hoje esta melhor – conseguiu uma família e varias bonecas.

O trauma da perda da virgindade é um dos assuntos que sobressaem nas entrevistas – o sexo torna-se uma fonte de ameaça e não de prazer. Em nossas conversas, percebemos com que dificuldade elas se abrem para falar da primeira relação sexual. Até' porque para muitas delas a primeira vez aconteceu em casa, atacadas por um

parente, diante de uma mãe passiva.

Por causa da virgindade perdida, Tatiane Cristina de Sousa tornou-se até motivo de aposta. Quando tinha nove anos, conheceu o ato sexual, forçada por um homem que a agarrou com força. Até então, nunca tinha sequer beijado na boca. A aposta aconteceu numa boate, quando uma amiga contou a dois rapazes que aquela garotinha com cara de anjo e cabelos encaracolados não era mais virgem. Ambos duvidaram dela e resolveram fazer uma aposta.

A dúvida foi esclarecida no banheiro da boate, onde Tatiane se encontrava embebedada. Eles perderam a aposta, mas ganharam o prazer de transar com uma menina nova e ingênua. Essas informações não foram passadas para mim, marcado talvez pela imagem masculina que transitou pelo banheiro fétido de uma boate de Alta Floresta. Foram liberadas, depois de horas de conversa, à fotógrafa Paula Simas e à irmã Dineva, depois de um banho de piscina no hotel, batata frita e um imenso sorvete de chocolate com cobertura.

Enquanto se lambuza com o sorvete, que lhe forma um bigode de chocolate, Tatiane conta que sua mãe faz programas e é amiga com um sujeito de Apiacás, no Mato Grosso. Não gosta dele, de quem apanhava com o consentimento da mãe. Um dia, a mãe retornou a Alta Floresta, sozinha, acompanhada apenas de Tatiane. Tempos depois, decidiu voltar para Apiacás.

“No dia da mudança, fugi. Minha mãe nunca mais me procurou”, conta, desfazendo-se no sorvete.

Como qualquer menina, ela diz que sonha com uma família. Pergunto-lhe como deveria ser o pai ideal. Ela pensa, pensa e responde:

“O pai deveria bater apenas nas horas certas”.

Em nossa mesa, nessa noite, Ivonete Dias dos Santos ouviu a conversa. Ela prefere permanecer em silêncio. Como Tatiane, só aceita contar a “primeira vez” para Dineva e Paula. Ela trabalhava na cozinha de uma boate na zona do garimpo. A dona do estabelecimento, Creocione, disse-lhe que poderia mudar de vida, ganhar mais dinheiro. Bastava dormir com homens, aceitando perder a virgindade.

Para a primeira noite, ganhou roupas novas, perfumou-se e foi anunciada como atração. Bebeu tudo o que podia. Dois homens a levaram para o quarto – apenas um deles ficou. Só soube exatamente o que tinha acontecido na manhã seguinte, ao acordar:

“Tinha uma mancha de sangue no meu lençol”.

Relatos como o de Ivonete tornaram-se tão correntes nas regiões de garimpo que estudantes da Universidade Federal do Pará fizeram uma investigação em 1991. Temendo represálias, eles pediram que eu não citasse seus nomes, já que há quadrilhas especializadas em tráfico de meninas em Santarém, onde moram.

Segundo o depoimento de uma virgem escravizada em Itaituba, um rapaz lhe ofereceu um bom salário para um trabalho simples. Deveria apenas fazer companhia para a mulher de um homem rico, que viajava muito, ajudando a reduzir a solidão dela. O intermediário convenceu o pai da menina e, confirmado o trato, deixou o primeiro pagamento adiantado.

Quando cheguei lá, começou meu drama. O patrão começou com uma conversa fiada, me agarrando, resisti. Ele tentou três vezes, e eu resistindo. Na quarta vez, eu estava no meu quarto. Ele entrou de surpresa e trancou a porta, me agarrou e tapou minha boca. Ele gritou: “Você é minha, paguei muito caro por você”.

Aí lutamos pau a pau, ele me deu muitos tapas na minha cara, fez eu desfilar pelada. Ficou feito uma fera. Me trancou no quarto e saiu. Horas depois me soltou e mandou eu tomar jeito. Fiquei desesperada, procurei como fugir, mas a casa estava cercada de caras armados. No outro dia o cara me agarrou de novo. Lutei, lutei, mas fui vencida e me tornei mulher do cara.

Passei vários meses naquela escravidão. Ele me dava roupas, perfumes, cosméticos, menos dinheiro ou jóias, com medo que eu fugisse. Ele tinha um prostíbulo mais adiante. Certo dia teve um quebra-quebra pra lá. Ele ficou preocupado e passou uns dias escondido no mato. Aproveitei o fuzuê e fugi com um amigo meu.

O documento da universidade traz também o testemunho de uma pessoa de Santarém que, em suas viagens, frequenta as boates. Ele conta sobre a violência que encontrou:

São submetidas a todo tipo de tortura e exploração, aceitando qualquer tipo de peão. Quando rejeitam, são maltratadas com surras violentas, corte de cabelo com facão e até mesmo a morte. Uma menina cobrou dinheiro do peão com quem tinha acabado de

transar. Foi morta com dois tiros na vagina.

Santarém está repleta de testemunhas de tráfico e violências inacreditáveis contra meninas – a cidade é um dos principais pólos de “exportação”. Inês Pinho de Carvalho, da Pastoral do Menor, perdeu a conta do número de meninas que ajudou a libertar e de famílias que prestam queixam à procura das filhas. Um caso em particular a impressionou. Ela ajudou a libertar Lúcia Figueira, de treze anos, enviada para garimpos da região de Itaituba. Quando foi resgatada, estava no garimpo de Bom Jardim. Na volta, Lúcia contou o que tinha passado. O dono da boate irritava-se com suas tentativas de fuga. Um dia, mais furioso do que o normal, amarrou-a na traseira de seu carro e a arrastou pelas ruas.

“Não estava satisfeito e depois ainda espremeu limão na carne que sangrava”, disse Lúcia a Inês.



LUCIANA FÁTIMA PINHEIRO

Cansada de ver a mãe trazer homens para casa, foi embora e jurou nunca mais voltar. A mãe não se interessou em trazê-la de volta. Vivia brigando com a filha, que não gostava de ver "machos" na sua casa. "Um dia ainda vou embora para o garimpo e não volto mais", ameaçava a mãe. Sem dinheiro ou trabalho, morou em hotéis da zona

do baixo meretrício, onde foi forçada a sobreviver vendendo o corpo, até encontrar uma creche. Nunca mais se prostituiu.

A próxima parada é o cenário da maioria daquelas denúncias colhidas pelos estudantes e por Inês – Itaituba, que, desde o início da pesquisa, é apontada como a capital nacional do tráfico de meninas.



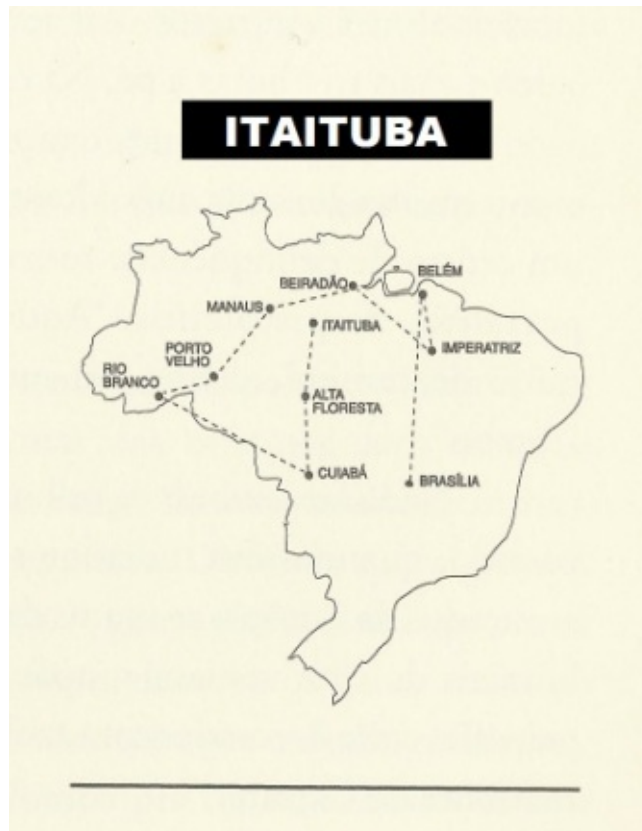
TATIANE CRISTINA DE SOUZA

Quando sua mãe resolveu mudar para outra cidade, ela, com nove anos, fugiu. Hoje com onze anos. Um dia, numa boate, um rapaz resolveu “fazê-la”. Ela resistiu. Em vão. E ainda foi vítima de aposta: dois rapazes não acreditavam que Tatiane, tão menina, não fosse virgem. A dúvida foi tirada no banheiro. Antes ela foi devidamente embebedada.



IVONETE DIAS DOS SANTOS

Trabalhava na cozinha de uma boate, cuja dona a convenceu das vantagens de vender o corpo. Sua virgindade foi anunciada como a atração da noite. Embebedou-se. Dois homens a levaram para o quarto e um deles ficou. Só se lembrou do que aconteceu quando, ao acordar, viu uma mancha de sangue no lençol.



Afundado na cadeira atrás de uma velha mesa, o delegado Alcir Conde não esconde um misto de enfado e irritação. Magro, barba por fazer, camisa estampada aberta no peito, seu visual não destoia do ambiente: sala pequena, onde um ar-condicionado ronrona e não espanta o calor amazônico que se infiltra na tarde de 30 de janeiro.

“Não posso fazer nada. Sei que lá tem meninas escravas. Mas não temos dinheiro para transporte”, confessa Alcir, ajeitando-se na cadeira enquanto alisa nervosamente uma haste de seus óculos pousados na mão.

Ele tenta explicar que até gostaria de combater o tráfico de meninas em Cuiú-Cuiú, alvo de freqüentes denúncias nunca apuradas – muitas delas, por sinal, registradas na polícia. Denúncias inclusive sobre mulheres que tentaram a fuga na selva, foram capturadas e receberam como castigo torturas ou até mesmo a morte.

Da delegacia de Itaituba, onde está o conformado delegado, até Cuiú-Cuiú, uma vila nascida na década de 50 em torno do garimpo de ouro, a distância não é grande. Apenas 250 quilômetros. Num avião

monomotor, 55 minutos. Por terra, é bem mais difícil: quatro dias de barco e mais três horas a pé. Na época das chuvas, imprevisível.

Rico município nos tempos em que o extrativismo da borracha estava em alta, Itaituba, no sudoeste do Pará e à beira do rio Tapajós, é hoje um centro de delinquência: rota de cocaína e contrabando de ouro. E, portanto, de pistoleiros. “Aqui tem gente que mata só para ouvir o ruído do tombo”, define um morador que já ouviu vários ruídos de “tombo”.

Nada faz lembrar os velhos tempos da segunda metade do século passado, quando seus moradores tinham contato com os centros mais avançados da Europa, as moças de família liam romances em francês e os homens da elite vestiam roupas que mandavam vir de Paris. Casas e palacetes eram decorados com azulejos de Portugal. Móveis com finíssimo mármore de Carrara.

Em apenas um dia, obtemos uma enorme lista de nomes de delinquentes e de matadores. E detalhes sobre o funcionamento do tráfico de meninas na região de Itaituba, o maior município do mundo, com 165.578 quilômetros quadrados – uma área que corresponde a uma vez e meia o Estado de Santa Catarina e que tem 10 mil quilômetros quadrados a menos que o Uruguai.

Passamos duas horas na sede da Fundação Nacional da Saúde (Sucam), onde os agentes de saúde, responsáveis pela vacinação na selva, disputam o título de maior conhecedor de casos da região. Todos colecionam histórias de meninas e mulheres presas. Ninguém conhece a região melhor que eles, obrigados a percorrer cada rio e cada trilha para combater doenças como malária, cólera, febre amarela. Entram em cada boate ou prostíbulo; alguns se fizeram amigos, amantes e confidentes de prostitutas.

Acompanhados do fotógrafo Patrich Pardini, dois pesquisadores (mantenho o anonimato por questão de segurança) percorrem várias áreas de garimpo. Contratados pelo convênio realizado entre a Unicef e o Movimento Nacional de Meninos de Rua, organizado pelo padre Bruno Secci, eles puderam constatar o tráfico e escravidão de meninas. Passaram pelos garimpos do Crepurizinho, Crepurizão e Sudário, viajando de barco e avião.

Seu primeiro encontro foi com Márcia e Vanessa na boate Marrom Glacê, no Crepurizão. A partir das fitas da entrevista, prepararam um

relatório:

Em alguns momentos, nos sentimos impotentes diante das dificuldades e das tristezas de algumas das meninas com as quais conversávamos. Maria Vanessa chorou muito durante nossa entrevista. Num dos momentos declarou: “Fui enganada. Disseram que a gente ia pra Itaituba trabalhar num restaurante. A gente vinha domingo pra cá prum show no garimpo. Aí a gente voltava de novo. A gente vinha no domingo e na segunda a gente volta pra Itaituba pra trabalhar. Chegou, passou o domingo, mas até hoje não fomos pra Itaituba. Essa vida não é pra mim nem pra ela”.



MÁRCIA E VANESSA

Márcia (esq.) e Vanessa foram enganadas e acabaram no garimpo, de onde não podiam fugir. Durante a entrevista, Vanessa chorou diversas vezes e pediu ajuda para fugir. "Fui enganada, disseram que a gente ia pra Itaituba trabalhar num restaurante. Até hoje não fomos pra Itaituba. Essa vida não é pra mim". Inexperiente, Márcia já engravidou três vezes e se submeteu a abortos precários.

Ela, no caso, é Márcia, de quinze anos, que também foi enganada.

Como Vanessa, é inexperiente. Engravidou três vezes e sempre abortou, tomando oito pílulas de um remédio chamado Citotec. Não imagina quando vai sair dali.

Do Crepurizão, eles seguiram até o garimpo do Sudário, onde conversaram com meninas da boate Califórnia. Ali, se depararam com algo comum: a malária. Uma das garotas, Edna de Oliveira, estava estendida na cama, com febre e o corpo dolorido, mal podendo se locomover. A assistência médica é feita por algum farmacêutico que automaticamente receita antibióticos. São abundantes os casos de meninas que contraem a malária, não seguem um tratamento adequado e acabam com hepatite. Edna se revoltava contra a situação de seu quarto, retrato da falta de higiene:

“E ridículo, dá muito carapanã, é muito sujo, é muito quente”.

Um fato em particular impressionou os dois pesquisadores. Quando estavam prestes a ir embora do Crepurizão, receberam a informação de que o corpo de uma menina de quinze anos, assassinada na delegacia por um policial, estava há semanas numa lixeira. A notícia de que eles estavam atrás do corpo fez com que, finalmente, ele fosse retirado, para evitar o registro fotográfico.

Até para um brasileiro acostumado à impunidade causa espanto ver nos arquivos de entidades assistenciais os nomes de homens que aprisionam meninas-. Nem sombra de inquéritos, prisões ou indiciamentos. O juiz de direito Amílcar Guimarães conforma-se ao ser indagado sobre a passividade da polícia:

“Eu precisaria de uma polícia para controlar a polícia”.

Em poucas horas de investigação, segundo as lendas e testemunhos, surge um apelido cercado de histórias tenebrosas: “Tampinha”, Milton de Almeida Penaforte, o mais cruel traficante de mulheres de Cuiú-Cuiú, responsável por várias mortes. Nessa região, além da boate, ele domina áreas de garimpo, garantindo sua autoridade com o gatilho do revólver, auxiliado por pistoleiros. E o temido dono da boate que tem o sugestivo nome de Matador.

Nem por isso a lei do silêncio mantém-se intocável. No dia 22 de abril de 1991, Mariana dos Santos Veras, de quinze anos. foi à delegacia e contou seu drama. Tinha saído de Altamira, no Pará, com a promessa

de um emprego em Cuiú-Cuiú. Acabou no Matador, obrigada a fazer salão.

“Tínhamos de dormir com vários homens por noite. Quando não obedecíamos, a gente apanhava, apanhava muito”, contou Mariana, que conseguiu escapar embrenhando-se na selva.

Em seu depoimento, ela deixou o nome de outras meninas que queriam fugir e não conseguiam: Raimunda Guedes, de catorze anos, Zara, de dezesseis, Jane, também de dezesseis, e Poliana, de dezessete. Todas saíram juntas de Altamira e, arrependidas, pediam socorro. Em vão.

Apenas em dezembro de 1991, Zara Celma Cruz Teles, amiga de Mariana, libertou-se depois de amargar oito meses na boate Matador e sofrer os mais variados maus-tratos. A fuga demorou uma semana, auxiliada por garimpeiros que se apiedaram dela. Zara também ousou dar informações à polícia.

“Na boate é normal matarem e espancarem mulheres”, disse ela, num depoimento registrado pela Fundação do Bem-Estar Social do Pará, em Itaituba.

Não é fácil acreditar em todas essas histórias. Mas é difícil acreditar que todos estivessem mentindo. Não estavam. Em 21 de dezembro de 1991, o sociólogo Guilherme Scartezini passou por Cuiú-Cuiú a fim de levantar dados e imagens para o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Buscava informações sobre problemas ambientais nos garimpos da região do Tapajós, o principal ponto de extração de ouro do Brasil.

Um dia, durante seu trabalho de filmagem, foi procurado por duas meninas que trabalhavam na boate Luz Vermelha: Augustinéia e Socorro. Elas queriam ir embora, e se dispuseram a pedir ajuda através da fita de vídeo.

“Minha maior vontade é sair daqui”, disse Augustinéia Souza Aguiar na frente da câmera, ao lado de Socorro. Ambas foram enganadas. Acreditam na promessa de trabalhar como cozinheiras. Viram-se forçadas a vender o corpo e estavam proibidas de se comunicar com a família. Lá não há telefone, apenas rádio amador.



EDNA DE OLIVEIRA

Edna foi pega por uma das armadilhas da escravidão: a malária, doença comum na região. A menina fica doente e os remédios aumentam ainda mais a sua dívida. Torna-se mais difícil ir embora. Teve dificuldades de dar a entrevista por causa da febre e dores no corpo. Irrita-se com seu quarto, onde não há condições de higiene: “Dá muito carapanã, é muito sujo, é muito quente”.

“Quando as meninas tentam fugir, a polícia vai atrás”, comentou Socorro.

Obtenho acesso a cartas desesperadas. Uma delas, de maio de 1990, entregue à geóloga Maria Rita Rodrigues, da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Pará, diz:

Se a gente fugir eles vão atrás. Se encontrarem, eles matam. Se eles não matam, vêm batendo até a gente chegar na boate.

Mais adiante, a carta revela:

Aqui os donos da boate bate na gente é com fio elétrico de quatro dobras. Quando eles não batem, mandam a polícia bater.

O esboço do relatório sobre as expedições da geóloga, destinadas a traçar o perfil social das regiões do garimpo, é quase um roteiro cinematográfico.

“Constatamos que uma dessas mulheres apresentou marcas de tortura. Ela tentou fugir da corrutela (vila), e a Polícia Militar, seguindo orientação do dono da boate, a apanhou e torturou-a com uma palmatória. Alguns meses antes, uma mulher também havia tentado fugir e foi eliminada pela Polícia Militar com um tiro nas costas.”

A fuga exige coragem e, acima de tudo, criatividade. Uma operação de guerra conseguiu soltar Maria Madalena Costa de Oliveira. Sua desventura começou em 28 de abril de 1991, em Altamira, quando o casal Walmir e Marisa a convidou a trabalhar como arrumadeira em Itaituba. Ganharia 30 gramas de ouro por mês. A viagem teve início em 4 de maio, quando chegou ao Hotel Miranda, em Itaituba. Ali, encontrou mais cinco moças.

A desagradável surpresa não demorou. Logo de manhã, Walmir informou que elas não ficariam na cidade: iriam para o garimpo. Se quisessem voltar, tudo bem. Mas deveriam pagar a dívida com a passagem de avião e a hospedagem. Resolveram ir. Pegaram o avião. Tampinha as esperava na pista.

A segunda surpresa desagradável do dia: teriam de trabalhar na boate Matador.

“Foram noites infernais. Tínhamos de dormir com vários homens. Éramos obrigadas a práticas homossexuais e sessões de fotografia”, relata Madalena.

Depois de três meses, acompanhada das amigas Tânia e Maria de Fátima, Maria Madalena fugiu com a ajuda de dois garimpeiros. Depois de duas noites e um dia, mal alimentadas, o cansaço tomou conta delas. Chegaram à fazenda de Edmar Pereira, onde pediram comida. Triste idéia: o fazendeiro devolveu-as ao amigo Tampinha por 49 gramas de ouro.

Maria Madalena não perdeu a esperança. Uma prostituta doente foi levada para Altamira – escondida em sua bagagem, uma carta de Maria Madalena pedindo socorro. De posse da carta, sua irmã, Raimunda Holanda, agiu rápido. Procurou a juíza Vera Araújo de Souza, em Altamira, e a polícia federal.

Em 25 de novembro, acionado pela juíza, um delegado foi buscá-la em Cuiú-Cuiú. Na partida, a ameaça de Tampinha:

“Ele disse que se eu contasse alguma coisa me mandaria matar. Disse que se quisesse poderia me matar ali mesmo, enterrar e dando ouro para o delegado tudo seria esquecido”.

A história de Maria Madalena resume a impunidade que habitualmente cerca o tráfico e escravidão de mulheres forçadas à prostituição. Em Belém, ela contou sua peregrinação pela selva não apenas a polícia civil, mas também à polícia federal. Dois deputados paraenses acompanharam o caso, além da Sociedade de Direitos Humanos. A deputada Aída Maria chegou a solicitar, em requerimento na Assembléia Legislativa do Pará, a apuração imediata do tráfico de escravas.

O resultado é que, na modorrenta tarde de 30 de janeiro de 1992, um delegado limita-se a lamentar que estava de braços amarrado porque não tinha dinheiro para pegar um avião. Mas a visita a delegacia não é inútil. Pelo contrário. Em seus arquivos, há uma folha de papel que serviria como uma valiosa pista para se documentar a escravidão de meninas. O nome da pista chama-se Maria Domingas Rabelo Frazão, catorze anos.

No dia 23 de janeiro, Maria Domingas esteve nessa mesma delegacia. Disse que estivera presa em Cuiú-Cuiú e fugiu. Dessa vez o acusado não é Tampinha, mas Mineirinho. Ela estava com medo: ele prometeu que, se fugisse, iria persegui-la até o inferno. Ela tinha um motivo especial para denunciá-lo: duas de suas amigas, Tieta e Loura, estavam aprisionadas.

O dia está chegando ao fim – o calor retrai algumas de suas garras. Vamos direto fretar um monomotor. Apenas uma empresa faz esse vôo, Pai Velho. A pista tem dono: quem quiser entrar e sair tem de ir pela Pai Velho. Desembolsamos 450 dólares, marcamos a partida para as oito horas. Mas tão urgente quando providenciar transporte é descobrir onde mora Maria Domingas. Só uma pista: Casa da Lambada, um bar da periferia da cidade.

Na Casa da Lambada teria trabalhado um namorado de “Fininha”, o apelido de Maria Domingas. Encontramos o lugar através de um morador de Itaituba. Mas o namorado não trabalhava mais lá. Escureceu. Tudo perdido. Ou quase.

Estávamos prestes a desistir da investigação quando uma inesperada menina aponta uma inesperada pista – o namorado tinha um parente que talvez soubesse como encontrá-lo. Ela se dispõe a acompanhar-nos na camionete para ensinar o caminho.

Duas horas de idas e vindas pelas ruas esburacadas. (Para preservar a testemunha, omito o local onde a encontrei.) Um homem está sentado na frente da casa. Perguntamos sobre Maria Domingas:

“Não sei quem é”, responde ele.

Insistimos. Aparece um rapaz, que pergunta num tom agressivo:

“O que vocês querem?”

Desconfiado, mantém-se dentro da casa, mostrando apenas parte do rosto pela porta.

“Não está”, tentou encerrar a conversa, franzindo o rosto e levantando a voz.

Argumentamos que somos jornalistas, interessados em obter detalhes sobre a vida de Fininha em Cuiú-Cuiú e, se possível, ajudar a libertar suas amigas. Mostro minha carteira da **Folha de S. Paulo**. Cito o nome de alguns intermediários que nos ajudaram a encontrá-lo. Enquanto conversamos, a garota que nos acompanha entra na casa. Reconhece Fininha e anuncia a descoberta. São necessárias mais algumas palavras para que o homem, enfim, concorde em nos deixar vê-la. Ela explica a cautela:

“Estamos escondidos porque o Mineirinho jurou que ia matar ela”.

Entramos na sala da pequena casa, onde a televisão atrai a atenção de oito pessoas. Logo descobrimos que o desconfiado rapaz tem o apelido de “Baixinho” e é namorado de Maria Domingas. Tímida. Fininha aparece ainda com os cabelos molhados do banho. Encostada na parede, cabisbaixa, como se não quisesse ser reconhecida, responde as perguntas monossilabicamente. A cada pergunta, ela olha para o namorado.

“Ele obrigava a gente a transar com todos os homens. Eu não queria. Por isso, fugi.”

Imaginava que iria trabalhar numa lanchonete e ganharia mais dinheiro. Foi enfiada num quarto da boate Saramandaia. Conseguiu escapar depois de um mês e agora gostaria de ver de volta suas duas amigas – as três foram aliciadas com a promessa de uma vida melhor e transportadas num avião para Cuiú-Cuiú.

Fininha conta como funciona o esquema de escravidão. Tudo gira em torno da dívida – um saco sem fundo. Quando a menina chega ao local, é informada de que, a partir daquele momento, tem um débito: a passagem de avião. Cerca de 100 dólares. Enquanto não pagar não pode ir embora. Mas a dívida tende a aumentar com a compra de roupas, perfumes, remédios e alimentação, fornecidos pelo próprio dono da boate.

Sem prestar contas, o proprietário das meninas administra a despesa, tomando como base o valor do grama de ouro. A dívida torna-se uma bola de neve, especialmente quando elas adoecem, coisa comum região assolada pela malária. Não podem “trabalhar” e ao mesmo tempo sua dívida vai crescendo.



MARIA DOMINGAS RABELO FRAZÃO

Foi convidada a trabalhar numa lanchonete na região do garimpo, no Pará. Não podia imaginar que o convite não passava de uma isca. Acabou aprisionada numa boate em Cuiú-Cuiú, transformada em cativoiro, sem conseguir se comunicar com a família. Forçada a ter relações sexuais várias vezes por noite, ela fugiu e embrenhou-se na selva. Ao voltar, deu queixa a polícia e revelou o nome de amigas aprisionadas. A polícia não tomou providências. Afinal, era só mais um caso de meninas escrava na

região.



VILENI REIS DE ALMEIDA

Havia acabado de chegar de uma boate na região de Surubim – desde os treze anos faz programas. Ficou lá por vários meses e não conseguiu pagar sua “dívida”. Voltou só com o dinheiro da passagem. Considera-se uma felizarda porque os donos da boate a deixaram ir embora.

Após a entrevista, no caminho de volta, paramos de novo na Casa Lambada, aonde havia acabado de chegar uma menina do garimpo do Surubim: Vileni Reis de Almeida, de dezesseis anos, que faz “programas” desde os treze. Seu depoimento mostra como a escravidão é assimilada como um fato rotineiro, cultural até. Pergunto-lhe como foi tratada na boate. Lacônica, ela responde:

“Bem, ele até me deixou ir embora”.

Ela ficou vários meses numa boate, trabalhava todas as noites e, mesmo assim, não conseguiu pagar a dívida. Mas, segundo ela, os donos – um casal – foram “muito legais”. Deixaram ela ir embora.

“Com quanto dinheiro você voltou?”, quero saber.

“Nenhum.”

Por mais chocante que pareça, o caso de Vileni é insignificante perto do que encontraríamos, em poucas horas, em Cuiú-Cuiú. Já sabemos por onde começar: Tieta, Loura e Mineirinho.



Estamos sobrevoando a cidade, à espera de que uma inconveniente mula seja retirada da pista e o monomotor Carioca da Embraer, prefixo PT-NMU, possa enfim pousar. Driblando as poças d'água e os buracos, o aparelho aterrissa às 9h20 desta quente manhã de 1º de fevereiro de 1992.

É fácil se locomover em Cuiú-Cuiú. São apenas duas ruas, onde moram 510 habitantes, dos quais 72 são meninas e mulheres prostitutas. Impossível, portanto, alguém chegar sem ser notado.

A cerca de 50 metros do local onde o avião está estacionado, localiza-se a rua principal, uma rua curiosa, devido à sua imensa largura. Logo descubro que se trata da antiga pista de avião. As casas foram surgindo às suas bordas. Apesar da malária, não há posto de saúde e muito menos hospital. Quando alguém adoece, sempre existe um leigo que se imagina dotado de conhecimento médico e sai receitando antibióticos vendidos na cantina – encontrados na mesma prateleira do sabão, escova de dentes e cerveja.

A escola se resume a uma única sala onde ficam agrupadas as crianças, independentemente da idade. Não tem telefone. Só rádio amador. As imagens de televisão chegam através de uma antena parabólica. Não há estação de rádio. Aliás, existe uma, improvisada, ao lado da boate Matador, propriedade do lendário Tampinha, acusado do assassinato de mulheres. Um rapaz instalou um alto-falante potente e faz o papel de locutor.

Enquanto caminhamos, o locutor anuncia nossa presença. Informa que um jornalista da **Folha de S. Paulo** está na cidade. E dá uma notícia errada: a de que meu interesse eram as condições de saúde dos habitantes de Cuiú-Cuiú.

“É a imprensa do sul se interessando pela gente”, vibra pelo alto-falante.

Não posso revelar a verdade. Se dissesse que estava ali para documentar como vivem as meninas em cativeiro, todas as portas se fechariam. Até na polícia. No dia anterior, em Itaituba, o delegado Alcir Conde acusou os policiais de Cuiú-Cuiú de conivência. Aparentemente, mostrou-se preocupado com nossa viagem. Até ofereceu um agente para nos acompanhar, o que recusamos.

“Mantenham contato. É bom saber quando vocês chegam lá”, sugeriu, mas não foi atendido.

Cuiú-Cuiú é a vila do mais antigo garimpo do Pará – hoje, as áreas de extração estão distantes dali, o que obriga a longas caminhadas pela selva. A distância, porém, não intimida os cerca de 2 mil garimpeiros que batalham pelo ouro e, quando encontram alguns gramas do metal, não hesitam em trocá-los pelo corpo quente de uma mulher e pela garrafa de cerveja gelada – uma mistura à disposição deles nas 32 boates da cidade.

Nossa primeira visita é à sede da delegacia, colocada sob suspeita por Alcir Conde. Sou apresentado ao policial Dermes Lima, que, ele bermudas, está sentado numa cadeira do lado de fora, segurando um macaco. Descontração absoluta. Livra-se do macaco e nos mostra as instalações – as duas celas estão vazias. Em uma delas a porta na fecha.

“Isso aqui é pra quando alguém bebe demais e precisa esfriar a cabeça”, conta Dermes, ensaiando um sorriso enquanto aponta as celas.

Na delegacia, a primeira grande surpresa. O policial nos diz que a comunidade paga pela segurança. Finjo interesse e pergunto quem ajuda.

“Todo mundo”, responde ele, mostrando a lista de contribuições.

Meu interesse deixa de ser fingido quando percorro a lista. No final, aparecem as boates como as maiores contribuidoras. Inclusive Matador, Saramandaia e Luz Vermelha, acusadas de servirem como cativeiros. Ganham corpo as informações coletadas em Itaituba de que policiais estão ligados aos homens do tráfico e escravidão de mulheres e meninas.

Em menos de uma hora, faço uma desagradável descoberta: a de

que pelo menos uma pessoa da cidade sabe do meu verdadeiro interesse. Instalado numa casa do Departamento Nacional de Produção Mineral, está um insólito sociólogo sueco, de quase 2 metros de altura, fazendo pesquisas sobre o homem no garimpo. Sou apresentado a ele, que, num precário castelhano, pergunta meu nome. Por descuido, revelo minha identidade.

“Li sobre sua pesquisa”, afirma ele.

Na fase inicial da pesquisa, em julho de 1991, a imprensa do Pará deu destaque à investigação que eu faria, assessorado pelo padre Bruno Secci. O sueco estava em Belém e leu a desgraçada notícia. Não há como lhe pedir discricção, mesmo porque há testemunhas no encontro. Sinto que estou correndo contra o tempo.

Nas conversas com os moradores, mostro-me interessado em ver pessoas com malária. E que gostaria de começar pelas crianças, em especial as meninas. Haveria alguém com malária nas boates? Sim, tinha. Entramos na Boate do Prego e uma mulher diz que a malária é uma maldição e nos introduz a Ivonete Soares dos Santos, uma maranhense que já passou por vários garimpos.

Andando com dificuldade, ela vem do seu quarto para o salão.

Senta-se numa cadeira ao lado do balcão:

“Perdi a conta de quantas malárias eu peguei”.

Com a doença, fica imobilizada. Não pode pagar a dívida, que vai aumentando com os remédios. Não sabe o que é tentar a vida fora da prostituição e, para ela, aquela relação de propriedade com o dono da boate faz parte de uma lei natural:

“Aqui pelo menos tenho comida e onde dormir”, diz.

Ao nosso lado, Maria Joaquina Pereira, mulher do dono da boate, orgulha-se de ser “boa” patroa:

“Aqui ninguém apanha. Ninguém é espancado. Vá lá ver nos outros lugares. Tem menina que morre porque o homem não dá dinheiro pra ela ir no hospital”.

Quem também acompanha a entrevista é a líder comunitária de Cuiú-Cuiú, Sônia Maria Alves, revoltada com a falta de apoio do poder público. Ela relata o caso de uma adolescente grávida que trabalhava numa boate. O parto complicou, e a menina morreu.

“Não consegui dormir depois. A menina morta e o bebê ainda se mexendo lá dentro; era como se estivesse esperneando. A parteira ainda

tentou arrancar o pobrezinho lá de dentro, mas não dava mais tempo.”

A conversa transcorre no corredor ladeado pelos cubículos onde as meninas moram e recebem seus clientes. Ela revela que mais uma delas está doente. Bate na porta, que demora para se abrir.

“Tristeza Está doente e não quer sair do quarto.”

Lentamente, a porta vai-se abrindo e aparece Olga Magalhães Santana. Enrolada numa toalha, rosto abatido, cabelo em desalinho, senta-se na borda da cama, tem dificuldade de falar. É mais uma das iludidas.

“Trabalhava em casa de família e pensei que iria ser cozinheira. Não consigo mais sair, não acabo de pagar a dívida.”

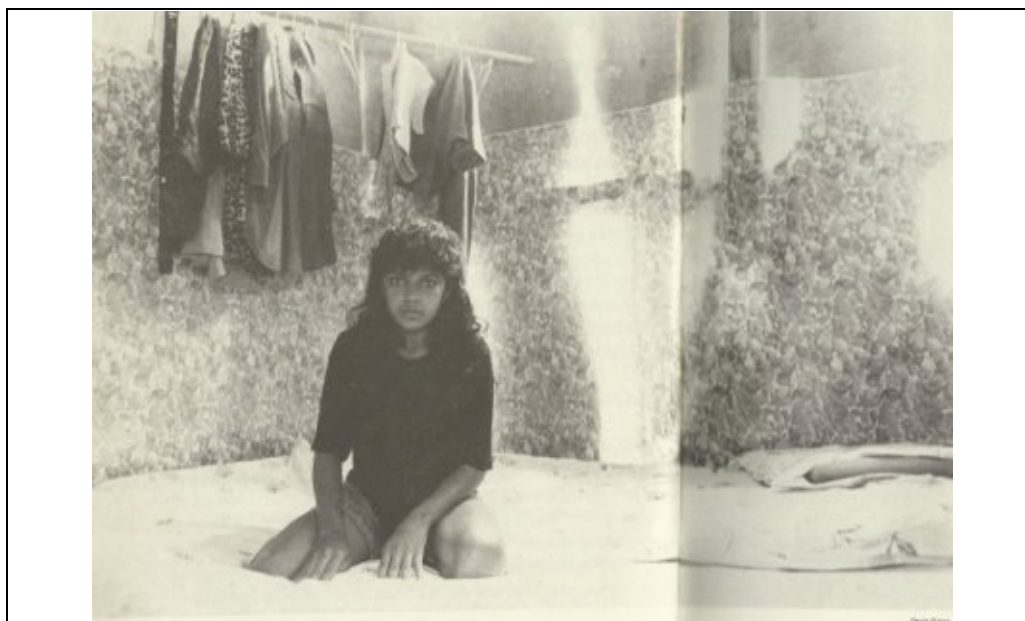
Pelos sintomas que apresenta, não está contaminada apenas com doenças venéreas – mas também com malária. Para disfarçar meu interesse e não levantar a desconfiança de Maria Joaquina, mesclo perguntas sobre a escravidão, diluídas em questões genéricas, como malária e gonorréia. Indago se ela sabe o que é preservativo.

Sua resposta vem na forma de uma pergunta:

“Preservativo?”

As entrevistas não fluem. Sinto-me impedido de aprofundar detalhes sobre a escravidão. Deixamos a Boate do Prego e quando voltamos para a rua principal, nosso guia, excitado, revela:

“Duas prostitutas, uma nova e outra mais velha, me pediram para tentar soltar elas, pediram que levasse no avião”.



IVONETE SOARES DOS SANTOS

Ivonete é mais uma vítima da malária. Raramente saía do quarto, devido às dores. Andou de garimpo em garimpo e já parou de tentar um jeito melhor de viver. “Já perdi a conta de quantas vezes peguei malária.”



OLGA MAGALHÃES

Olga Magalhães pegou malária e doença venera ao mesmo tempo. Fica trancada no quarto e não quer ao menos ser examinada. Passa as noites com febre e frio no corpo. Perguntada se usava preservativos, responde com outra pergunta: “Preservativo?”

Mais uma vez confirma-se a experiência vivida por pessoas que passaram por aqui, como a geóloga Maria Rita e o sociólogo Scartezini. O guia nos leva à boate onde as duas trabalham, localizada quase na extremidade da rua. A 10 metros, pode-se ler seu nome: Saramandaia. Ali deveriam estar as três pessoas que procuramos, a partir das informações de Fininha.

No salão estão reunidos vários garimpeiros, tomando cerveja, em meio a meninas, adolescentes e mulheres. Digo que estou fazendo uma

reportagem sobre problemas de saúde de Cuiú-Cuiú e sou apresentado ao dono da casa. Ele diz seu nome: Mineirinho. Nome verdadeiro: Augusto Gomes dos Santos. Se a reportagem fosse um jogo de futebol, eu diria que estou cara a cara com o goleiro, com os zagueiros batidos.

Noto sua desconfiança. É natural: Fininha havia dado queixa de ias atividades à polícia. É evidente que ele não engole a história da reportagem sobre saúde. Para tentar dar um tom de veracidade, faço uma bateria de perguntas sobre malária e doenças venéreas.

Logo a seguir, aparecem Tieta e Loura – Tieta, de dezesseis anos, é Maria Izaide Batista, e Loura, Katia dos Santos Silva, de dezenove. Nosso guia as reconhece como as duas que pediram ajuda. Não consigo mais ser tão discreto – minha ansiedade está estampada no rosto e numa tosse nervosa que me persegue sempre que estou agitado. Mineirinho rodeia as meninas, fiscalizando suas palavras. Elas conseguem falar baixo, quando ele, por segundos, desvia a atenção.

“A gente quer sair daqui e não pode. Esse filho da puta diz que só solta depois que a gente pagar a dívida, mas a dívida não acaba nunca. O dinheiro que a gente ganha vai direto pra mão dele”, reclama Loura, sentada a meu lado na sacada de madeira da Saramandaia.

Ela revela que a dívida cresceu ainda mais com a fuga de Fininha, sua amiga:

“O desgraçado resolveu colocar a dívida dela na nossa conta. E quem reclamar apanha”.

Há mais prostitutas nessa situação?

“Em todas as boates é assim. Quem tenta fugir apanha. Tá cheio de menina com marcas no corpo. Dizem que muitas morreram porque tentaram fugir”.

Mineirinho percebe algo diferente e intervém, agressivo:

“Que você está falando aí? Não vá dizer pro rapaz que você veio forçada porque não veio”.

Ele a olha com raiva. Loura baixa a cabeça e, num resmungo, murmura:

“Não estou falando nada, não”.

Entrevisto outras prostitutas, numa vã tentativa de disfarce até chegar a Tieta, que veste um short e camiseta. A essa altura, ele está mais intrigado. Peço-lhe uma cerveja para afasta-lo. Tieta percebe o truque, aproveita a deixa e implora:

“Pelo amor de Deus, me tira daqui. Não aguento mais.”

Rodeado das prostitutas, consigo extrair algumas informações imprecisas. Mas certamente verdadeiras. Numa boate chamada SuperStar uma adolescente de dezesseis anos teria sido forçada pelo dono a dar seu filho. Uma menina de treze anos tinha sido comprada pelo dono de outra boate por alguns gramas de ouro. Várias delas foram vendidas.

Terminadas as entrevistas, aproveito para incendiar de vez a desconfiança de Mineirinho, mostrando diretamente meu interesse pela escravidão. Ele reconhece:

“Se não pagar a dívida, não sai. Alguém tem de pagar as despesas com transporte, a passagem do avião, e tudo o mais”.

A entrevista com ele é tensa, entrecortada de perguntas e respostas rápidas e curtas. Ele explica o funcionamento da dívida. Primeiro, a passagem aérea e, depois, eventualmente, a estadia. Mas quando a garota chega à Saramandaia precisa comprar roupas, sapatos, perfumes, artigos de higiene. Elas vão à cantina onde a boate tem uma conta corrente. Depois, ele acerta as despesas abatendo o que, segundo diz, elas ganharam. Mas é Mineirinho quem controla o preço de cada produto e o saldo das meninas.

Com ar de desprezo, aponta para Loura, que está à sua frente cabisbaixa.

“Essa aí passa o dia bebendo. Quem vai pagar?”

Loura, ainda de cabeça baixa, responde:

“Tenho de beber mesmo pra agüentar isso aqui”.

Pergunto sobre as denúncias de violência. Ele afirma:

“Mentira. Trato todas como se fossem minhas filhas”.

Menciono uma tal de Fininha.

Ele interrompe e ataca:

“Essa é uma vagabunda, que saiu sem pagar a conta”.

Depois dessa entrevista com Mineirinho, não há mais clima para pernoitar em Cuiú-Cuiú. Não pelo fato de a cidade não ter hotel, mas porque poderíamos correr algum risco. Não temos muito tempo a perder.



MARIA IZAIDE BATISTA
(Tieta)

Não poderia imaginar o que encontraria em Cuiú-Cuiú. Queria sair e não podia, presa por “Mineirinho” dono da boate Saramandaia. Tieta tentava conversar com o repórter, mas Mineirinho não deixava, fiscalizando suas palavras. Quando ele se afastou por um momento, ela implorou, num sussurro: “Me tira daqui, pelo amor de Deus”.

O avião deve partir antes do pôr-do-sol. Do contrário, não há condições para a decolagem: na maior parte da Amazônia, as pistas são de terra, não existe iluminação ou, naturalmente, torre de controle.

Mas não podia ir embora sem tentar ver e conversar com Tampinha. Vamos à boate Matador. Está vazia – nenhuma menina. Apenas um garçom, que, com as mãos trêmulas, nos serve uma cerveja e diz que Tampinha está no garimpo. Inevitável a suspeita de que ele apenas evitava a entrevista e deu um sumiço nas prostitutas. Fico decepcionado.

No caminho de volta, passo na delegacia. Peço a lista dos colaboradores para provar o vínculo com os traficantes de meninas. Consigo, além da lista, uma entrevista com o delegado titular José Souza da Silva, que acaba de chegar. Sinto-me incomodado com a encenação de fazê-los pousar diante da delegacia com ares de defensores da lei.

Nunca poderiam imaginar minhas intenções. Faço a última pergunta:

“Que história é essa, delegado, de meninas fugirem?”

A resposta é exemplar:

“Que nada. Isso é malandragem. Não queriam pagar a dívida”.

Em poucos minutos, estamos no avião e, dessa vez, levando de carona um agente da Fundação Nacional de Saúde, que fica espremido entre mim e o guia. Aproveito o tempo para registrar todos os detalhes no meu diário de viagem. Mas agora está mais difícil escrever. A turbulência atrapalha não só as minhas mãos, mas também minha mente, insegura com este avião sobrevoando a floresta amazônica, cenário de inúmeras aterrissagens involuntárias. Mas os rabiscos são inteligíveis.

Tenho em mãos um bom material, com o testemunho ocular da escravidão que tanto procuro. Mas, se o profissional comemora, o cidadão tem dúvidas. O apelo de Tieta ressoa. Talvez devesse ajudá-la, levá-la na marra. Conseguiria? A dúvida me perturba. A resposta que me surge é não – e sou levado a me questionar se não estou me forçando a dizer “não”. Se fosse um parente – uma irmã, talvez –, teria agido da mesma forma? O diário é testemunha de que posso não ter sido correto, mas, pelo menos, tento ser honesto comigo mesmo. O que, convenhamos, em nada ajuda Tieta.

Antes que o avião chegue a Itaituba, a constatação da importância do material jornalístico mesclada com a dúvida ética suscitada por Tieta muda meus planos. Telefono para São Paulo e entro em contato com dois secretários de redação, Leão Serva e Marcelo Beraba. O material deveria ser detonado imediatamente – duas semanas antes, havia conversado por telefone com Otavio Frias Filho, o diretor de redação, confidenciado-lhe que estava na rota do tráfico de meninas. Da conversa com os secretários, ficou decidida uma série de reportagens a ser deslançada dia 6 de fevereiro.

Desloco-me para Belém, retornando, enfim, ao ponto inicial da Viagem. Volto especificamente para encontrar o padre Bruno, um dos inspiradores dessa investigação. Faço um relato do que testemunhei. Digo-lhe que, diante da possibilidade de a **Folha** publicar as reportagens, Ele deve se preparar para o barulho.

Ele está impaciente, tenso. A divulgação da notícia certamente deixará os cafetões de Cuiú-Cuiú furiosos, dispostos a partir para a retaliação. Era necessário, portanto, agir – e rápido. O padre Bruno inicia

uma articulação com os demais grupos para pressionar o governador Jáder Barbalho. O objetivo é uma ação fulminante para libertá-las.

Imaginamos que Jáder Barbalho, um político matreiro e experiente, não perderia a chance de aparecer na mídia como o salvador das meninas escravas. Daí ser importante a pressão imediata.

Volto a Brasília e preparo a série de reportagens sobre prostituição, tráfico e escravidão não apenas no Pará, mas em toda a Amazônia. De acordo com a previsão, a **Folha** estampa em sua primeira página do dia 6, quinta-feira, o início da série com Cuiú-Cuiú, provando com dados, testemunhos, documentos e fotos a existência das meninas-escravas. Mas a minha análise sobre a esperteza presumível de Jáder Barbalho mostra-se parcialmente equivocada.

A reação da sociedade organizada, em especial dos movimentos de direitos humanos, é imediata. A Unicef envia telegramas às principais autoridades, pedindo providências. Os correspondentes estrangeiros se mobilizam – o assunto vira destaque do **The Washington Post**, **The Guardian**, um dos principais jornais da Inglaterra, e primeira página do **Corriere Della Sera**, o mais importante da Itália.

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, e o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, acionam a Polícia Federal. O presidente Fernando Collor se diz “chocado” e considera “inaceitável” o tráfico e escravidão de meninas. Nessa mesma quinta-feira de manhã, dia 6, recebo um telefonema de Romeu Tuma, diretor-geral da Polícia Federal. Avisa que vai fazer uma devassa na região.

Pergunto a Tuma a data da invasão. “Na segunda-feira (dia 10) chega um delegado”, afirmou ele. Pede minha opinião (certamente, por gentileza). Digo-lhe que as meninas correm perigo e, de resto, perderia a chance do flagrante. “Então vou mandar um delegado agora mesmo”, acrescentou.

As meninas-escravas acabam entrando no jogo de poder. Cauteloso, Jarbas Passarinho, político com base no Pará, não quer ferir Jáder Barbalho. Articula uma ação conjunta com o governo do Estado do Pará. Mas, ao contrário da minha previsão, o governador prefere a defensiva.

“O jornalista não precisa viajar tanto para encontrar prostitutas. Isso também tem na avenida Paulista”, ironiza ele.

Seu jornal, o **Diário do Pará**, reage com mais agressividade. E, na

sexta-feira, publica um artigo intitulado “A prostituição de Dimenstein”, que se inicia chamando a reportagem de “pífia”.

Vai ver o rapaz focalizou o problema dos menores porque nossa região dá lbope, está na moda ou por seu exotismo: coisas que algumas vezes dá um trofeuzinho. A matéria não aprofunda o tema. Fica na base do são-joão-disse-são-pedro-confirmou.

Adiante, mais ataques que visam desmoralizar a descoberta das meninas-escravas:

E para encerrar: se o problema a ser enfocado era a prostituição de menores, o pauteiro da Folha não precisava mandar o laureado Dimenstein para a encolerizada Amazônia. Basta enviar o rapaz para a rua Augusta onde saltitantes adolescentes se oferecem por 30 mangos.

O fato é que em certos círculos paraenses, ofendidos com a reportagem, a revolta não é contra os indivíduos que escravizam meninas, mas contra o jornalista. A primeira-dama Alcione Barbalho esbraveja porque a reportagem mostra o rosto das meninas. “É um irresponsável”. Há muito tempo, o governador Jáder Barbalho, a primeira-dama e os jornalistas do **Diário do Pará** sabem da escravidão e comercialização de meninas. Há referências esporádicas na imprensa e documentos oficiais, como o da geóloga Maria Rita, da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração.

Mas preferem o silêncio, que, a seu ver, nada deve ter de irresponsável. Nunca moveram um dedo para libertá-las e, agora, se dizem preocupados com a publicação de sua foto. Nem se dignaram a raciocinar que, se a foto não fosse publicada, não haveria o impacto necessário para sua libertação. Há relatórios dos movimentos populares, como o Movimento de Meninos de Rua, denunciando a escravidão. Sem efeito.

O resultado é que a revolta no Para contra a **Folha**, e não contra a escravidão, cria um clima que ajuda a retardar a ação da polícia, o que faz as meninas correrem risco. Até o dia 12, nada acontece. É uma longa espera. Desesperado, o padre Bruno ameaça responsabilizar o

governador pela falta de ação e chega a estimular a discussão sobre publicação das Fotos.

Estou em minha casa, em Brasília, na manhã de quinta-feira, 13 quando sou informado de que a Polícia Militar se adiantou à Polícia Federal e invadiu Cuiú-Cuiú – lá estão, à espera da ofensiva. Nosso correspondente em Belém, Abnor Gondim, e o fotógrafo Roberto Jayme. O avião pousa às dez e meia. Os federais desembarcariam somente no dia seguinte, comandados pela delegada Maria das Graças Malheiros.

A tradição de impunidade acostumou os traficantes – todos foram presos sem reação. Souberam das reportagens, mas não se mexeram.

Quando a polícia desembarcou, estavam todos lá, sem desfazer o flagrante, menos o mais temido deles, o Tampinha. Aqueles sujeitos tão poderosos, que inspiravam tanto medo e pavor, protegidos por pistoleiros, já não ameaçam.

É com imensa satisfação que vejo, pela TV, Loura acusando Mineirinho de maus – tratos. A polícia tinha acabado de resgatá-la. Como punição por ter conversado comigo, ele a vendeu por 20 gramas de ouro, levou safanões e foi ameaçada de morte – ameaça extensiva a Tieta.

Loura já não revela a feição do ser acuado e cabisbaixo diante do olhar furioso de seu “dono”. Na frente da câmera, chorando, aponta-lhe o dedo na cara e desabafa. Ao mesmo tempo, a delegada da Polícia Federal obtém o testemunho de uma menina que acusa Mineirinho de ser o responsável por cinco assassinatos de prostitutas. A menina, ouvida em Itaituba, garante que conhecia o cemitério clandestino. Mineirinho nega.

A invasão da polícia ajuda a desvendar os horrores escondidos em Cuiú-Cuiú. As meninas podem, agora, falar sem medo. Augustinéia Souza Aguiar chocou até mesmo os policiais. Um relatório da Polícia Federal, enviado depois ao presidente Fernando Collor, registrou que, só no mês de dezembro, ela se viu forçada a manter 518 vezes relações sexuais. Augustinéia teve a paciência de anotar numa folha de papel cada ato sexual.

A Polícia Federal colheu testemunhos indicando que uma menina-escrava chamada Francisca, mais conhecida por Janete, foi assassinada. Antes de ser enterrada, sua "proprietária", Maria Nanci Oliveira de Moura (Nira), teve o cuidado de extrair todas as obturações do cadáver. Descobriu-se mais: Nira explorava a própria filha na boate Luz Vermelha.

De posse do relatório, o chefe da Polícia Federal, Romeu Tuma, disse que, apesar de ter muitos anos de experiência, nunca tinha visto "nada igual". A ex-escrava Kelen de Lima informou que Raimundo Costa Silva, garçom e vigia da boate onde trabalhava, queria fazer amor com ela. Diante da recusa, deu-lhe uma coronhada de revólver na cabeça. Desmaiou, o sangue jorrava e, mesmo assim, foi possuída.

Algumas das pistas levantadas em minha incursão a Cuiú-Cuiú foram comprovadas por Abnor Gondim. De fato, entre as libertadas destaca-se, no dia da invasão, uma adolescente de dezesseis anos, que teve um filho e que foi obrigada pelo dono da boate a livrar-se dele.

No dia da libertação, Erleide Lins Silva, prostituta desde onze anos, está agarrada a Alex, seu bebê de três meses. Lutou para ficar com o menino. Quando engravidou, o dono da boate SuperStar, José Maria Neto, "Zé Caboclo", mandou-a tomar abortivos. Ela recusou, até os cinco meses de gravidez foi forçada a vender o corpo para poder comer. Quando Alex nasceu, ela sofreu mais pressão: dessa vez Zé Caboclo ordenou que ela desse o garoto.

"Briguei de novo", recorda-se Erleide. "Só que uma semana depois do parto tive que dormir com homens de novo."

Erleide não foi a única a sofrer pressão e resistir. Maria de Jesus Holanda recusou-se a tomar abortivos oferecidos pelo dono da boate Tangará, conhecido como Bigode.

"Quando recusei, ele prometeu me matar", disse Maria de Jesus, que, no dia da libertação, estava grávida de sete meses.

Com a invasão, descobriu-se que Bigode estava "casado" com Edna Lima, de treze anos, comprada por 20 gramas de ouro de Zé Caboclo. Ali, o ouro compra tudo. Valéria Soares Vieira meteu-se numa briga na Luz Vermelha, a boate em que trabalhava. Foi presa e espancada pelos policiais. Mas foi solta por um garimpeiro que gostava dela – a libertação custou 5 gramas de ouro.

"É o preço da soltura", informa Valéria.

Um helicóptero da Polícia Federal chega na sexta-feira para levar as 55 prostitutas – 25 meninas. Destino: Belém. Elas se aprontam, muitas, como Tieta, vestem a melhor roupa, maquiam-se, ajeitam o cabelo. A maioria da população de Cuiú-Cuiú aglomera-se para assistir à cena, sem entender. Policiais armados, fotógrafos, cinegrafistas. Muitos meninos vêem pela primeira vez um helicóptero. A maioria da população não sabe

por que estão levando as mulheres. Cresceram vendo os cabarés cheios de prostitutas, todas com seus donos – algo com um em toda a região.



ERLEIDE LINS SILVA

Alex, de três meses, nasceu em cativeiro. Sua mãe, Erleide Lins Silva, de dezessete anos, na prostituição desde os onze, teve de brigar para dar à luz. O dono da boate insistiu para que ela abortasse. E, depois, que o desse a alguém. Resistiu. Para poder comer, teve que se vender aos homens até cinco meses de gravidez.

Aqueles seres anônimos, aprisionados numa boate, vivem seu momento de glória. Quando chegam a Belém, a bordo de aviões da Força Aérea Brasileira, há uma enorme comitiva à sua espera – assistentes sociais, autoridades do governo, a comovida primeira-dama, jornalistas, uma profusão de câmeras de televisão. Na comitiva, o padre Bruno e Lurdes Barreto, a líder das prostitutas do Pará.

As meninas recebem cuidados médicos logo no dia da chegada. Os médicos se espantam. Tratam de uma menina grávida de sete meses, várias com marcas de espancamento, outras portadoras de malária, hepatite e doenças venéreas.

A euforia é, porém, vista com ceticismo por conhecedores da

Amazônia. Wagner Domingos, conhecido por Pai Velho, é dono da pista de Cuiú-Cuiú. Apenas ele determina os aviões que podem pousar – quando fomos para lá, tivemos de alugar um avião na agência Pai Velho. Como as meninas eram transportadas pela sua agência, acabou preso em Itaituba.

“Não é sério. É brincadeira, palhaçada. Daqui a pouco estão todas lá de novo”, criticou, lembrando que nos demais táxis aéreos são levadas meninas e mulheres para os garimpos.

No mesmo tom, Ivo de Castro, da União dos Garimpeiros da Amazônia, disparou:

“Tudo isso é um troço de mídia. Meninas prostitutas e escravas existem em quase todos os garimpos do Pará. Estranho tanto estardalhaço. Os policiais convivem no garimpo com as boates e sabem que isso acontece”.

* * *

Caro leitor, poderia encerrar o livro com um final feliz – talvez fosse mais agradável para mim e para você. Afinal, nada melhor do que um happy end no estilo dos filmes em que o vilão é vítima de sua própria maldade e os oprimidos encontram a felicidade. No caso dessas meninas, entretanto, a maioria ainda está longe do final feliz.

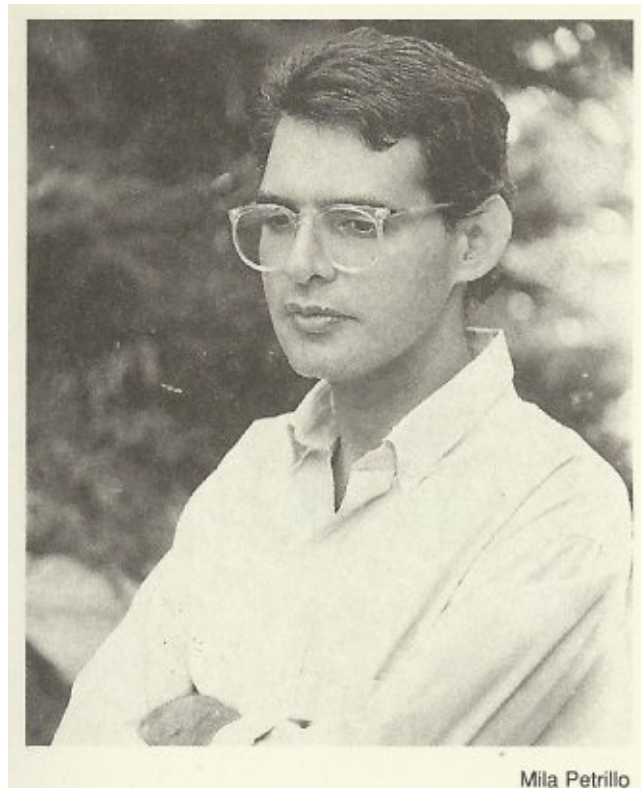
Muitas delas planejavam, no dia em que foram libertadas, continuar na prostituição. Não como em Cuiú-Cuiú, onde eram tratadas escravas e não viam a cor do dinheiro. A maioria não estudou e, portanto, não tem profissão. É provável que, quando este livro estiver sendo publicado, muitas delas, talvez a maioria, já estejam na rua buscando no sexo seu sustento.

Mas nem tudo são más notícias. No dia 20 de fevereiro, recebo um telefonema, informando que Tampinha estava preso. Foi capturado em Santarém. Junto com ele, estava um álbum de fotos pornográficas. Um de seus prazeres era submeter suas escravas a sessões de sexo grupal e ir tirando as fotos para vendê-las.

As meninas podem não se sair bem em toda essa história. Mas, pelo menos, alguns dos traficantes, levados às grades, sumiram o que é viver num cativeiro.



Dia da libertação das meninas de Cuiú-Cuiú, quando, de helicóptero, foram para Itaituba e, depois, para Belém. Muitas delas não sabiam o que fazer da vida – exceto continuar vendendo o corpo.



Mila Petrillo

Gilberto Dimenstein, 35 anos é atualmente o repórter brasileiro de maior renome internacional. Em 1990, ganhou o Prêmio Maria Moors Cabot, na categoria "Menção Honrosa", oferecido pela Faculdade de Jornalismo da Universidade de Colúmbia, Estados Unidos – o prêmio de jornalismo mais importante para as Américas. Esse reconhecimento deve-se, em parte, ao livro **A Guerra dos Meninos**, que revelou pela primeira vez o assassinato sistemático de crianças no Brasil. O livro foi traduzido para o alemão, inglês, francês e italiano, sendo saudado por alguns dos principais jornais do mundo como exemplo de reportagem investigativa.

O jornal inglês **The Independent** afirmou que se Charles Dickens estivesse vivo deveria ler **A Guerra dos Meninos** antes de escrever **Oliver Twist**.

Dimenstein iniciou sua carreira na revista **Shalom**, passou pelo **O Globo**, **Última Hora**, **Visão**, **Correio Brasiliense**, **Jornal do Brasil** e **Veja**, e hoje é diretor da sucursal de Brasília e membro do Conselho Editorial da Folha de S. Paulo. Transformadas em livros, suas reportagens sobre a corrupção em várias esferas do poder público lhe conferiram dez prêmios jornalístico entre eles dois Esso, dois Líbero Badaró e dois da Fundação Nacional de Jornalistas. Os livros **A República dos Padrinhos** e **A**

Guerra dos Meninos freqüentaram a lista dos mais vendidos. Escreveu também **Conexão Cabo Frio**, sobre o desvio de dinheiro na cúpula do Itamaraty, **A Aventura da Reportagem**, um ensaio em parceria com Ricardo Kotscho, e **O Complô que Elegeu Tancredo**, em co-autoria com mais cinco jornalistas.